

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 143

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 09 DE OUTUBRO DE 2001

ANO XXVII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PTB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PSDB

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSL

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i>	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i>	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i>	<i>Divanir Braz Palma</i>
<i>PL</i>	<i>Serafina Carrilho</i>
<i>PSB</i>	<i>Moysés Leônidas</i>

Representação Partidária

PFL - 08: Custódio da Silva - Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães; PTB - 09: Ademar Traiano - Algaci Tulio - Carlos Simões - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus (licenciado) - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 04: Neivo Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PSL - 04: Antonio Carlos Belinati - Edno Guimarães - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - Luiz Carlos Zuk - Renato Gaúcho; PL - 03 - Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSB - 02: Moysés Leônidas - Ricardo Maia; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PPS - 02: Marcos Isfer - Cezar Silvestri; PSC - 01: Miltinho Pupio.

Ato da Presidência:**RESOLUÇÃO Nº 015/2001**

Data: 09 de outubro de 2001.

Súmula:

Altera a Resolução nº 15/92, de 19 de junho de 1992 e adota outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte resolução:

Art. 1º - Fica acrescido ao artigo 8º, da Resolução nº 15, de 19 de junho de 1992, o seguinte parágrafo único:

“Art. 8º - ...

Parágrafo Único - O ressarcimento das despesas com a manutenção de veículo desta Assembléia, a disposição do gabinete parlamentar, será feito mediante apresentação da 1ª via da Nota Fiscal, onde deverá constar o nome do deputado e a placa do veículo”.

Art. 2º - Fica alterado o artigo 11 da Resolução nº 15, de 19 de junho de 1992, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 11 - Os créditos de que trata a presente resolução não poderão ultrapassar a 75% (setenta e cinco por cento) dos valores destinados aos deputados federais, pelos Atos da Mesa da Câmara dos Deputados de nºs 04/71, 104/88, 147/89, 14/91 e 62/2001”.

Art. 3º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando a Resolução nº 12, de 21 de outubro de 1999 e demais disposições em contrário.

Palácio “XIX de Dezembro”, em 09.10.2001.

(a) HERMAS BRANDÃO

Presidente

RESOLUÇÃO Nº 016/2001

Data: 09 de outubro de 2001.

Súmula:

Aprova o ressarcimento das despesas dos senhores deputados - mês de agosto de 2001 - Resolução 15 de 19.06.1992.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte resolução:

Art. 1º - Fica aprovada a prestação de contas do ressarcimento para atender as despesas dos senhores

deputados, conforme Resolução 15 de 19.06.1992, artigo 14, referente ao mês de agosto de 2001.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio “XIX de Dezembro”, em 09.10.2001.

(a) HERMAS BRANDÃO

Presidente

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 098ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
03 DE OUTUBRO DE 2001**

(quarta-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Edno Guimarães e Antonio Belinati.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PDT: Eli Ghellere, Luiz Carlos Zuk; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins; PSB: Moysés Leônidas, Ricardo Maia, Hidekazu Takayama; PSC: Miltinho Pupio; PSDB: José Maria Ferreira, Luiz Fernandes da Silva Litro, Neivo Beraldin, Sérgio Spada, Renato Gaúcho; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Tony Garcia; PL: Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PST: Divanir Braz Palma; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana; Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Waldyr Pugliesi; PTB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Carlos Simões, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Ricardo Chab, Thiago Amorim Novaes; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Chico Noroeste, Custódio da Silva, Durval Amaral, Nelson Tureck, Plauto Miró Guimarães (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:**Mensagem:**

MENSAGEM Nº 048/2001

Curitiba, 05 de outubro de 2001.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser submetido à apreciação dessa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva alterar o artigo 2º da Lei nº 7047, de 21 de novembro de 1978 e seus anexos 1 e 3, já modificados pelas Leis nºs 10.956, de 15 de dezembro de 1994, 11.120, de 30 de junho de 1995 e 12.975, de 17 de novembro de 2000.

O plano de lei em referência consulta plenamente aos superiores interesses da Administração, eis que, sem aumentar o efetivo da Polícia Militar do Estado do Paraná, nem implicar em aumento da despesa pública, virá adequar os quadros de oficiais que específica, às reais necessidades da Corporação, ensejando melhores condições para o desempenho de suas atividades.

O Comando Geral da Polícia Militar do Estado do Paraná, em expediente protocolado sob nº 4.504.362-2, a mim dirigido pelo secretário de Estado da Segurança Pública, juntou adiante transcrita justificativa, onde estão contidos detalhados esclarecimentos quanto aos aspectos de conveniência e oportunidade de que é revestida a proposição ora formulada:

“Dentre as atividades desenvolvidas pelo Comando da Polícia Militar do Paraná, a preocupação com a valorização e a coerente aplicação do material humano tem sido uma constante, sempre visando a melhoria da qualidade do serviço prestado à comunidade.

O presente projeto de lei visa promover alterações necessárias e oportunas nos Quadros de Oficinas Médicos Veterinários, de Capelães e de Comunicações da Polícia Militar do Paraná, objetivando possibilitar o desenvolvimento e a adequação da força de trabalho às necessidades da Corporação e por consequência da coletividade, posto que suas estruturas são antigas, defasadas e não traduzem as necessidades atuais da Instituição.

Nesta preliminar o Comando da Corporação, em razão da carência atual de aplicação do especialista, posto a facilidade de serem operados os equipamentos de comunicação em razão do aprimoramento tecnológico que o mundo experimenta, propõe a extinção do Quadro de Oficial de Comunicações e a transferência de suas 03 (três) vagas, uma para o necessário incremento do Quadro de Oficiais Médicos Veterinários e as demais transformadas em vagas para o Quadro de Oficial Policial Militar, e por fim propõe a minimização numérica do Quadro de Oficiais Capelães.

Oportuno e necessário é salientar que não haverá nenhuma modificação numérica no efetivo de Oficiais da Polícia Militar do Paraná, pois os ajustes deram-se e limitam-se dentro do efetivo previsto, logo não importará em aumento aos cofres públicos, pois o número de oficiais continua o mesmo, apenas são repassadas as vagas para outro quadro”.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - O artigo 2º e seu parágrafo 2º, da Lei nº 7047, de 21 de novembro de 1978 (Lei de Fixação de Efetivo da Polícia Militar do Paraná), com as alterações introduzidas pelas Leis nºs 10.956, de 15 de dezembro de 1994; 11.120, de 30 de junho de 1995 e 12.975, de 17 de novembro de 2000, passam a vigorar com a seguinte redação, revogado o parágrafo 1º, do referido artigo:

“Art. 2º - O efetivo constante no artigo anterior será distribuído pelos postos e graduações previstos na Polícia Militar do Paraná, na forma dos anexos 1 e 3, integrantes desta lei, respectivamente: Resumo dos Quadros Oficiais; Resumo das Praças por Qualificação Policial-Militar Geral.

§ 2º - O efetivo de Praças Especiais será variável, sendo o de Aspirante a Oficial até o limite de 160 (cento e sessenta) e o de Aluno Oficial até o limite de 150 (cento e cinquenta)”.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Assembléia Legislativa.

Anexos a que se refere o artigo 1º da Lei nº

RESUMO DOS QUADROS DE OFICIAIS - ANEXO I

QUADROS		Cel.	TC	Maj.	Cap.	1º Ten.	2º Ten.	SOMA
QOPM		12	38	61	179	197	239	725
QOBM		2	9	17	35	40	50	153
Quadro de Saúde	Médicos	1	5	6	6	16	-	34
	Dentistas	1	2	7	8	14	-	32
	Veterinários	-	-	-	3	2	-	5
	Bioquímicos	-	2	1	1	3	-	7
QCPM		-	-	-	-	1	-	1
QOE	Músicos	-	-	-	-	1	1	2
QOA		-	-	-	13	25	74	112
T O T A L		16	56	92	245	299	364	1.072

RESUMO DAS PRAÇAS POR QUALIFICAÇÃO POLICIAL-MILITAR GERAL - ANEXO 3

Graduação	ST	1º Sgt.	2º Sgt.	3º Sgt.	Cabo	Soldado	SOMA
QPMG							
1 - Praças PM	170	272	647	1365	2122	11.248	15.824
2 - Praças BM	37	62	108	429	670	1881	3187
T O T A L	207	334	755	1794	2792	13.129	19.011

Ofícios:

Sob o nº 100/2001, do Sr. Lubomir Antonio Ficinski Dunin - secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, em resposta ao pedido de informações requerido pelo deputado José Maria Ferreira, que pede esclarecimentos sobre “valores liberados ao município de Sapopema, dentro do Programa Paranaurbano”. **Ao conhecimento do senhor deputado interessado.**

Sob o nº 090/2001, do Sr. José Menezes Neto, diretor do DGFNAS, comunicando transferência de recursos para o Fundo Municipal de Assistência Social / PR, para manutenção dos Serviços Assistenciais de Ação Continuada 2001. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 091/2001, do Sr. José Menezes Neto, diretor do DGFNAS, comunicando transferência de recursos para o Fundo Estadual de Assistência Social / PR, destinados à manutenção dos Serviços Assistenciais de Ação Continuada 2000. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 7619/2001, da Sra. Carmen Lucia Miranda Silveira, coordenadora geral de Convênios, retificando Ofício sob nº 7243, datado de 24/08/2001, informa que em atenção ao Ofício nº 2237/2000, da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná sobre aquisição de equipamentos, informa que a Fundação Nacional de Saúde indeferiu a solicitação. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 961/2001, do Sr. Gilberto Vergne Saboia, secretário de Estado dos Direitos Humanos, comunicando convênio firmado entre o Ministério da Justiça, por meio da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, e o Instituto de Defesa dos Direitos Humanos - IDDEAH, destinado à execução do Projeto “Paz Começa em Casa”, no valor de R\$14.400,00 (quatorze mil e quatrocentos reais), sendo o total de recursos repassados pela SEDH. **Ao conhecimento da Casa.**

OFÍCIO S/Nº

Senhor Presidente:

Venho por intermédio do presente, comunicar a V. Exa. que estou desfilado do Partido da Frente Liberal - PFL, e passo a integrar a Bancada do Partido Liberal - PL, com assento nesta augusta Casa de Leis.

Sendo o que se apresenta para o momento, renovo meus protestos de elevada estima e apreço.

Sala das Sessões, em 09.10.2001.

(a) CHICO NOROESTE

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 3232

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº 499/2001, referente à Mensagem Governamental nº 045/2001, que dispõe sobre autorização para que recursos do Fundo Previdenciário sejam destinados ao atendimento de programas de assistência aos egressos do Sistema Penitenciário do Estado.

Sala das Sessões, em 09.10.2001.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 3267

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, regime de urgência ao projeto de Lei nº 409/2001, que autoriza o Poder Executivo a transformar o Deam e ao Deto em entidades da estrutura da Secretaria da Administração e Previdência.

Sala das Sessões, em 09.10.2001.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 3285

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a dispensa da redação final aos projetos de Resolução nºs 029/2001 e 030/2001, itens 14 e 15 da presente Ordem do Dia da Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 09.10.2001.

(a) ADEMAR TRAIANO

Apoiamento:

Luiz Carlos Zuk, Nereu Moura e Luiz Fernandes da Silva Litro.

REQUERIMENTO Nº 3288

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, parágrafo 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para o Projeto de Lei

325/2000, que visa autorizar a construção da Usina Termelétrica de Araucária.

Sala das Sessões, em 09.10.2001.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 3284

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que o Projeto de Lei nº 398/2001, seja anexado ao Projeto de Lei 211/2001, por tratar-se do mesmo assunto (Banestado).

Sala das Sessões, em 09.10.2001.

(a) MARCOS ISFER

REQUERIMENTO Nº 3259

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Exmo. Sr. Milton Adriano de Oliveira, prefeito municipal de Xambrê, pela realização da 11ª Festa do Peão de Xambrê, realizada de 04 a 07 de outubro de 2001 no citado município.

Sala das Sessões, em 09.10.2001.

(a) EDNO GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

Entre os dias 04 e 07 de outubro foi realizado no município de Xambrê a 11ª Festa do Peão de Xambrê daquela cidade.

Parabenizamos o Exmo. Sr. Prefeito e a comissão organizadora pelo sucesso da Festa.

REQUERIMENTO Nº 3260

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Exmo. Sr. Paulo Nocchi, prefeito municipal de Doutor Camargo, pela inauguração das instalações da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, realizado no dia 06 de outubro.

Sala das Sessões, em 09.10.2001.

(a) EDNO GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

No dia 06 de outubro foram inauguradas as instalações da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, do município de Doutor Camargo.

Cumprimos o Exmo. Sr. Prefeito e sua equipe pelo excelente trabalho em prol da APAE.

REQUERIMENTO Nº 3261

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Exmo. Sr. Valdomiro Cabeleira, presidente da APAE de

Doutor Camargo, pela inauguração das instalações da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, realizado no dia 06 de outubro.

Sala das Sessões, em 09.10.2001.

(a) EDNO GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

No dia 06 de outubro foram inauguradas as instalações da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, do município de Doutor Camargo.

Cumprimentamos o senhor presidente e sua equipe pelo excelente trabalho em prol da APAE.

REQUERIMENTO Nº 3263

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o registro na ata dos trabalhos da presente sessão, de votos de congratulações ao município de Iporã, pelo 41º aniversário de emancipação política, a ser comemorado no dia 12 do corrente mês.

Requer ainda, que se dê ciência à Sra. Maria Aparecida Zago Udenal, Prefeita Municipal, através de correspondência a ser encaminhada à R. Pedro Alvares Cabral, 2677 - CEP: 87560-000 - Iporã-PR.

Sala das Sessões, em 09.10.2001.

(a) SERAFINA CARRILHO

REQUERIMENTO Nº 3265

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, integrante da Bancada do PDT, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, envio de congratulações à Associação Rádio Comunitária de Itaipulândia na pessoa do presidente Lotário Oto Knob, pela inauguração da Rádio Sinuelo, ocorrida no último dia 06 de outubro no município de Itaipulândia.

Trata-se de importante entidade que contribui imensamente pelo desenvolvimento do município e região. Com a inauguração da Rádio Sinuelo, além de propiciar maior informação e desconcentração à população, ficarão fortalecidas as atividades de integração daquela comunidade.

Sala das Sessões, em 09.10.2001.

(a) ELI GHELLERE

REQUERIMENTO Nº 3270

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Mário de Carvalho e Renilda Alves de Carvalho, que completou 50 anos de união conjugal, celebrando Bodas de Ouro. Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho.

Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união. Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos,

Somamos aos demais pares desta Casa de Leis, os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 09.10.2001

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 3271

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Carlos Pereira de Andrade e Iolanda Domingues de Andrade, que completou 50 anos de união conjugal, celebrando Bodas de Ouro. Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho.

Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união. Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos,

Somamos aos demais pares desta Casa de Leis, os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 09.10.2001

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 3272

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao Sindicato dos Professores do Estado do Paraná, pela passagem do Dia do professor, a ser comemorado no próximo dia 15 de outubro.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao seu presidente, Sérgio Gonçalves Lima, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Desembargador Westphalen, 1927 - CEP 80220-030 - Curitiba - PR.

Sala das Sessões, em 09.10.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 3278

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, requer voto de congratulação ao Sr. Gil Bueno de Magalhães, alusivos à sua posse no cargo de delegado federal do Ministério da Agricultura e Pecuária no Paraná, que ocorreu no último dia 29 de agosto.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao homenageado, através de correspondência a ser encaminhada a Rua José Veríssimo, 420, CEP 82820-000 - Curitiba - PR.

Sala das Sessões, em 09.10.2001.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 3279

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, requer voto de congratulação a Prefeitura Municipal de Medianeira, alusivos à realização da EXPOMED, que ocorrerá de 10 a 14 de outubro.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao presidente da EXPOMED, Sr. Euclides Luciano Gasparrini e ao prefeito municipal Sr. Luiz Yoshio Suzuke, através de correspondência a ser encaminhada a Rua Argentina, 1546, CEP 85884-000, Medianeira - PR.

Sala das Sessões, em 09.10.2001.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 3280

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, requer voto de congratulação ao Núcleo de Criadores do Cavalo Mangalarga Marchador do Paraná, alusivo a participação na 1ª Feira Campos Gerais, que ocorrerá em Ponta Grossa nos dias 05, 06 e 07 de outubro.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao presidente, Sr. Marcel Daher, através de correspondência a ser encaminhada a Rua Eduardo Sprada, 35, CEP 81220-000, Curitiba - PR.

Sala das Sessões, em 09.10.2001.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 3281

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos Anais da Sessão de hoje, votos de louvor, ao senhor Carlos Ferreira da Silva, pelos relevantes serviços prestados à comunidade.

Outrossim, requer também que seja dado ciência ao homenageado, à Rua Professora Terezita Faria S. Lima, nº 42 - CEP: 82110-030, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 09.10.2001.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

JUSTIFICATIVA:

O senhor Carlos Ferreira da Silva, para o qual proponho voto de louvor, nascido em 21/11/30, é natural da Lapa, Estado do Paraná, casado com a senhora Rosi Ferreira da Silva, com quem teve seis filhos, foi ordenado Ministro Evangélico pela Convenção das Igrejas Evangélicas Assembléia de Deus no Estado do Paraná, onde sempre desempenhou importante trabalho em prol da comunidade paranaense.

O pastor Carlos Ferreira da Silva, que há vários anos é uma pessoa atuante, no meio evangélico, dirigiu diversas igrejas, em várias cidades de nosso Estado, bem como diversos bairros desta Capital, sempre procurando prestar atendimento aos mais carentes, não só da comunidade evangélica mas a todos os que lhe procuraram, fornecendo-lhes cestas básicas, assistência médico-hospitalar, medicamentos, roupas, dentre outros atendimentos.

Face ao exposto, e considerando que o trabalho desenvolvido pelo pastor Carlos Ferreira da Silva, tem sido de grande relevância para toda a comunidade, e reconhecendo que o homenageado é portador de alto espírito de solidariedade humana, é que proponho o presente voto de louvor.

REQUERIMENTO Nº 3289

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Academia Paranaense de Letras, pela comemoração de seus 65 anos.

Sala das Sessões, em 09.10.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Academia Paranaense de Letras comemorou seus 65 anos de fundação. Fundada em 26 de setembro de 1936, a Academia possui 40 cadeiras e recebeu em sua primeira diretoria os intelectuais Ulisses Vieira (presidente), Francisco Leite, De Sá Barreto, Benedito Nicolau dos Santos, Ciro Silva, Pereira Macedo e Valfrido Piloto. Este é o único remanescente daquela geração.

Figuras importantes da literatura, poética e historiografia paranaense ganharam um espaço permanente na academia, entre os quais Rocha Pombo, Emiliano Perneta, Andrade Muricy, Tasso da Silveira, Ildefonso Serro Azul, Leôncio Correia, Bento Munhoz da Rocha Neto e outros expoentes da cultura.

Os atuais dirigentes da Academia Paranaense de Letras são Túlio Vargas, José Carlos Veiga Lopes, Wilson Bóia, Luiz Romaguera Neto, Lauro Grein Filho, Helena Kolody, Valério Hoerner Júnior, René Ariel Dotti e Antonio Celso Mendes.

Entre as principais contribuições da APL para a cultura está a defesa do idioma, consubstanciada em anteprojeto de lei, encaminhado à Câmara Municipal e a ampliação do ensino de história do Paraná no currículo

da rede oficial, trazida à Assembléia Legislativa do Estado.

Pela comemoração de seus gloriosos 65 anos, receba a Academia Paranaense de Letras (através de seu mais novo membro empossado na 17ª cadeira - Dr. Ivo Clemente Juliatto - PUC/PR - Avenida Imaculada Conceição, 1155 - Prado Velho - Curitiba-PR), votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 3290

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à APMI de Rio Branco do Sul, pela comemoração de 53 anos de fundação.

Sala das Sessões, em 09.10.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A APMI de Rio Branco do Sul, está comemorando 53 anos. Fundada em 12 de outubro de 1948, pela Sra. Leony Pioli a APMI vem prestando assistência, promoção humana e social à comunidade carente da cidade.

A APMI nasceu de um esforço conjunto de pessoas que se dedicaram, unindo esforços para a construção de um ideal, doando seu trabalho e muito amor. Da fundação para cá muita coisa aconteceu - o trabalho incansável e a constante dedicação fizeram da APMI de Rio Branco do Sul uma instituição sólida, que vem prestando um inestimável serviço para a comunidade local.

Pela comemoração de seus gloriosos 53 anos de fundação, receba a APMI de Rio Branco do Sul, através de sua presidente - Sra. Regina Maria Kepel (Rua Generoso Marques, 222 - CEP:83540-000 - Rio Branco do Sul/PR) os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 3291

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao bispo católico ucraniano, D. Efraim Basílio Krevey, pela passagem de seu Jubileu de Ouro - 50 anos de ordenação sacerdotal.

Sala das Sessões, em 09.10.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O bispo católico ucraniano, D. Efraim Basílio Krevey, está completando o Jubileu de Ouro - 50 anos de ordenação sacerdotal, além de 30 anos de nomeação como bispo.

Nascido em 12 de dezembro de 1928 em Ivaí/PR é filho de João e Sofia Bardal Krevey, que eram agricultores.

Estudou no Seminário Menor de São José em Prudentópolis e no Noviciado dos Padres Basilianos na

mesma cidade. É formado em Filosofia em Iracema/SC e Teologia em Roma (Licenciado em Gregoriana).

Sua atividade pastoral é bastante extensa:

- Ordenações sacerdotais: 89
- Casas religiosas criadas e instaladas: 24
- Criação de novas Paróquias: 08
- Residências Paroquiais: 38
- Seminário eparquial Menor S. Josafat - Mallet
- Seminário eparquial Maior Josafat - Curitiba
- Centros Comunitários: 49
- Igrejas construídas e inauguradas: 55
- Igrejas novas ou ampliadas/consagradas: 91

Sua caminhada longa, sempre levando Deus aos corações das pessoas faz com que este iluminado pelo Senhor seja bem-vindo em todos os lugares e seja também muito solicitada sua santa presença. Deus o conserve na sua determinação, como sua perseverança na fé e na caridade, dando-lhe cada vez mais coragem e força para levar sua sabedoria e palavra santa aos que tanto necessitam.

Pela comemoração de seu Jubileu de Ouro - 50 anos de ordenação sacerdotal e 30 anos de nomeação como bispo, receba o bispo católico ucraniano D. Efraim Basílio Krevey (Rua Augusto Stelfeld, 799 - CEP 80410-140 - Curitiba-PR) os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 3292

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao juiz Dr. José Wanderlei Resende, pelo lançamento de seu livro de poesias "Alma Nua".

Sala das Sessões, em 09.10.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O juiz, Dr. Wanderlei Resende, recentemente lançou livro de poesias denominado "Alma Nua".

Com grande sensibilidade, derramou sobre as 133 páginas sentimentos, sabedoria, paz, fé e uma grande visão artística da realidade.

O autor, membro da Academia Paranaense de letras, da União Brasileira de Escritores, Centro de Letras do Paraná, Academia de Letras "José de Alencar", Academia de Poesia "Raul de Leoni" de Petrópolis, Sala do Poeta, Academia de Cultura do Paraná e Instituto Histórico e Geográfico do Paraná.

Não é sua primeira obra, pois já escreveu diversas e participou de tantas outras, imprimindo em todas seu mais profundo sentimento de ternura pela vida, expressa em suas belas e precisas palavras - simples letras agrupadas em sinônimos, substantivos, verbos, adjetivos... que em suas mãos transformam-se em grandes obras.

A cada página, uma descoberta. A cada título, uma aprendizagem e uma nova visão de coisas às quais já estamos acostumados a olhar sem poesia.

Ao Dr. José Wanderlei Resende (Avenida Manoel Ribas, 750/140 - CEP: 80510-020 - Curitiba-PR), pelo lançamento do livro de poesias "Alma Nua", os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 3293

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à empresa Sampedória Veículos e Peças Ltda, por ter sido agraciada com o Prêmio "Troféu ACIAP 2001" no município de Paranaguá/PR.

Sala das Sessões, em 09.10.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Sampedória Veículos e Peças Ltda, sediada no município de Paranaguá recebeu na última semana o Prêmio Troféu ACIAP 2001.

Fundada em 14 de julho de 1991, pelo Sr. Irnério Marchesini, tinha como objetivo implantar a Bandeira Chevrolet no litoral paranaense e foi instalada inicialmente na Avenida Roque Vernalha. Em abril de 1993, foi efetuada a transferência do controle acionário ao Grupo Inepar e em outubro de 1998, o Sr. Ivan Carta (que possuía participação acionária no Grupo Inepar) fez uma permuta e recebeu a Sampedória como parte do pagamento.

A partir daí, diversas ações foram implementadas, no sentido de melhorar a qualidade de atendimento da empresa. A Sampedória assumiu então as antigas instalações da Concessionária Volkswagen e, no local (após a demolição) foi construída a nova concessionária nos padrões determinados pela GM. Já em junho de 2000 foram inauguradas as novas instalações.

A atual direção da empresa Sampedória, desde o início de sua gestão, procurou integrar-se à sociedade de Paranaguá, participando de todos os eventos sociais, culturais e esportivos, dando sua parcela de contribuição em campanhas de toda a natureza que tenham finalidade social. É política da empresa valorizar o comércio local, adquirindo sempre em Paranaguá os bens necessários à sua operação. Oferecendo produtos e serviços de alta qualidade, adquiriu o reconhecimento e a preferência dos consumidores locais, vencendo assim a concorrência de empresas de Curitiba, já que localiza-se próximo à Capital do Estado.

Sem dúvida a empresa Sampedória merece o prêmio com o qual foi agraciada, pois é destaque do comércio varejista. o Troféu ACIAP 2001 corrobora esta posição de primazia, amplamente reconhecida pela opinião pública.

Por ter recebido o importante e merecido prêmio, receba a empresa Sampedória (Alameda Cel. Elísio Pereira, 755 - Paranaguá/PR), através de seu diretor, Sr. Ivan Carta, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Estado.

REQUERIMENTO Nº 3294

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à empresa Fertipar - Fertilizantes do Paraná Ltda, por ter sido agraciada com o Prêmio "Troféu ACIAP 2001" no município de Paranaguá/PR.

Sala das Sessões, em 09.10.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A empresa Fertipar - Fertilizantes do Paraná, sediada no município de Paranaguá recebeu na última semana o Prêmio Troféu ACIAP 2001.

Fundada por Alceu Elias Feldmann em 02 de janeiro de 1980, a empresa possui sede em Curitiba e indústria de mistura em Paranaguá. Atualmente a Fertipar é uma holding administrativa, detendo 10% do mercado nacional, atuando em todos os pólos consumidores de fertilizantes do Brasil.

É controladora e possui participação em diversas empresas e em 1992 comprou a participação de 1,37% do consórcio Fertifós que controla o complexo Fosfertil/Ultrafertil. A Fertipar participa ainda, através da Fospar no porto privado de movimentação, armazenagem e trabalho alfandegário de cargas próprias e de terceiros, que foi inaugurado em Paranaguá em fevereiro de 2001.

A Fertipar sempre colaborou com o desenvolvimento de Paranaguá e oferece, de junho a dezembro (que é a época de importação de fertilizantes) cerca de 520 empregos diretos para a população, além de já ter recuperado vários prédios importantes da cidade. A empresa eleva o nome do Paraná no cenário econômico nacional.

Por ter sido merecidamente agraciada com o prêmio Troféu ACIAP 2001, receba a empresa Fertipar - Fertilizantes do Paraná Ltda (Rua Comendador Correia Jr., 1178 - Paranaguá/PR) os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 3295

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à empresa Araújo e Conforto Ltda, por ter sido agraciada com o Prêmio "Troféu ACIAP 2001" no município de Paranaguá/PR.

Sala das Sessões, em 09.10.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A empresa Araújo e Conforto Ltda de Paranaguá, sediada no município de Paranaguá recebeu na última semana o Prêmio Troféu ACIAP 2001.

Foi registrada na Junta Comercial do Paraná em 25 de março de 1995, atuando no mercado com o nome fantasia "Drive C: Informática". A empresa é fruto dos serviços prestados pelos amigos Ariel Conforto e Augusto

Araújo Filho na vizinha cidade de Morretes. Em março de 1997 iniciaram o uso da Internet com a utilização de provedor de Curitiba e posteriormente de Paranaguá. Em busca do provedor tomaram a decisão de criação de seu próprio provedor e em dezembro de 1997, com recursos do Proger, da CEF, iniciaram suas atividades. No dia 30 de janeiro de 1998, com oito linhas telefônicas, um link de 64 Kbps com a Embratel, a Litoral On Line foi ao ar pela primeira vez, com aproximadamente 70 usuários.

Graças ao bom desempenho técnico e ao reconhecimento do povo de Paranaguá a empresa cresceu e atualmente os números chegaram a 210 linhas telefônicas para 1511 usuários.

A LOL - como é mais conhecido a Litoral On Line obteve a preferência do público graças aos constantes aperfeiçoamentos técnicos e da gama de serviços oferecidos, de alta qualidade, além do rápido acesso à Internet.

Por ter sido merecidamente agraciada com o prêmio Troféu ACIAP 2001, recebe a empresa Araújo e Conforto Ltda - Litoral On Line (Rua G. C. Oliveira, 840 - Paranaguá/PR) os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 3296

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Emater de Paranaguá, por ter sido agraciada com o Prêmio "Troféu ACIAP 2001" no município de Paranaguá/PR.

Sala das Sessões, em 09.10.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Emater de Paranaguá, sediada no município de Paranaguá recebeu na última semana o Prêmio Troféu ACIAP 2001.

A agricultura do litoral paranaense começou a receber assistência técnica na década de 60, através da Acarpa. Em 1969 foi elaborado um diagnóstico nas áreas agrícolas e pesqueira para se saber das potencialidades, principais problemas e possíveis soluções para a região litorânea.

Em 07 de janeiro de 1972 foi inaugurado o escritório da Acarpa e em meados de 1985 a empresa mudou sua denominação de Acarpa para Emater/PR - Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural, órgão oficial criado para executar trabalhos de assistência técnica e extensão rural no Paraná, vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura.

O escritório em Paranaguá conta atualmente com nove funcionários desenvolvendo diversos projetos e executando programas. A Emater/PR, estando sediada no Litoral, adaptou suas atividades e vem desenvolvendo o cultivo de moluscos, como ostras, mexilhões, criação de peixes de água doce, o que oferece à população mais uma opção de renda. Além destas opções, a Emater está

desenvolvendo projeto na área de agricultura orgânica e que está se implantando a cada ano, além do turismo rural, incentivado pela Emater.

Em todos estes setores a Emater em Paranaguá é referência estadual e nacional e tem prestado relevantes serviços no desenvolvimento do litoral. Por isso foi agraciada como o prêmio da ACIAP.

Por ter sido merecidamente agraciada com o prêmio Troféu ACIAP 2001, recebe a Emater de Paranaguá (Rua Comendador Correia Jr., 320 - Paranaguá-PR) os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 3297

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, ouvido o douto Plenário, que seja enviado expediente com votos de congratulações à Sociedade Rural de Ponta Grossa, na pessoa de seu presidente, Dr. Osmar Hingelberg; à prefeitura municipal de Ponta Grossa (prefeito, Dr. Péricles de Holleben Mello); e à Associação Comercial e Industrial de Ponta Grossa, na pessoa de seu presidente, Dr. Douglas Taques Fonseca, pela realização da 1ª Feira dos Campos Gerais e 26ª EFAPI realizadas no município de Ponta Grossa entre 6 e 14 de outubro de 2001.

O evento se reveste de grande importância para os Campos Gerais estimulando a produção, enriquecendo com novas tecnologias e metodologias e renda, entre outros benefícios para a população.

Sala das Sessões, em 09.10.2001.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 3257

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio expediente ao Exmo. Sr. Dr. Armando Raggio, secretário de Estado da Saúde, solicitando a destinação de uma ambulância para o município de Rondon.

O município de Rondon conta com um número significativo de habitantes que na maioria são pessoas carentes e utilizam o serviço de saúde municipal. Assim torna-se imprescindível o apoio dessa Pasta no sentido de autorizar a liberação de uma ambulância para oferecer àquela população melhores condições no atendimento social.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao senhor Jose Augusto Mossambani, prefeito municipal de Rondon (Av. Brasil, 1500 - centro) e ao vereador Amivaldo Cucco, presidente da Câmara Municipal (Rua Grécia, 65) CEP 87800-000.

Sala das Sessões, em 09.10.2001.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 3262

Senhor Presidente:

A deputada que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário o envio expediente ao Sr. Nelson Justus, secretário de Estado dos Transportes, solicitando com a máxima urgência que seja proposto ao projeto de duplicação e reestruturação da PR-317, no trecho do Aeroporto de Maringá até o início do Distrito Floriano, a inclusão de retornos no Km 9 e Km 11, justificando-se tal solicitação em atendimento à reivindicação de moradores e comerciantes neste trecho que estarão sendo altamente prejudicados sem a inclusão destes, pois o próximo retorno fica, de acordo com o projeto atual, à distância de aproximadamente 8 km.

Sala das Sessões, em 09.10.2001.

(a) SERAFINA CARRILHO

REQUERIMENTO Nº 3264

Senhor Presidente:

A deputada que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário o envio expediente ao Sr. Armando Raggio, secretário de Estado da Saúde, encaminhando a justa solicitação da Sociedade Médica de Maringá conforme xerocópia do manifesto em anexo, que solicita com a máxima urgência a equiparação do repasse *per capita* de recursos do SUS, para o município de Maringá.

Requer ainda, que após deliberação do soberano Plenário, se dê ciência à Sociedade Médica de Maringá, através de correspondência a ser encaminhada a Rua Imburana, 176 - CEP 87.060-290 - Maringá - PR.

Sala das Sessões, em 09.10.2001.

(a) SERAFINA CARRILHO

REQUERIMENTO Nº 3268

Senhor Presidente:

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao secretário de Segurança do Estado do Paraná, senhor José Tavares da Silva Neto, solicitando atenção especial no que se diz respeito à segurança do distrito de Guaragi.

A Polícia Militar do referente distrito está sem viaturas, pois a única que possuíam foi removida porque apresentava problemas no motor. Resultado: os policiais militares fazem policiamento a pé ou pedem carona a pessoas que procuram pelos serviços.

Aproximadamente cinco mil habitantes do distrito dependem do policiamento. O Conselho Comunitário de Segurança de Ponta Grossa já custeou a manutenção da viatura anteriormente, mas agora não possui recurso disponível para o referente conserto.

Sala das sessões, em 09.10.2001.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 3275

Senhor Presidente:

A deputada que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e legais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário o envio expediente ao

senhor secretário de Estado dos Transportes, Sr. Nelson Justus, solicitando informações sobre o atual estágio de execução das obras de pavimentação asfáltica da estrada ligando Dois Vizinhos a Nova Prata do Iguaçu conforme quesitos a seguir:

1 - Após a conclusão dos projetos de engenharia, em 1989, foi realizado o processo licitatório para execução da obra?

2 - Realizado o processo licitatório, qual foi a empresa vencedora?

3 - Qual o valor orçado da obra?

4 - Quando iniciou a execução da obra?

5 - Houve interrupção na execução da obra? Quais os motivos da interrupção?

6 - Quais procedimentos estão sendo adotados para execução total da obra?

7 - Qual a data prevista para o término da obra?

Sala das Sessões, em 09.10.2001.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

REQUERIMENTO Nº 3287

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio expediente ao ministro dos Transportes Eliseu Padilha, solicitando a imediata retomada das obras de pavimentação da BR-476 - Estrada da Ribeira.

Sala das Sessões, em 09.10.2001.

(a) ALGACI TULIO

Apoiamento:

Cleiton Kielse, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Alborghetti, Waldyr Pugliesi, Elio Rusch, Orlando Pessuti e Tiago Amorim Novaes.

JUSTIFICATIVA:

É uma realidade conhecida de todos que as obras de pavimentação da Estrada da Ribeira estão paralisadas. A estrada, que liga Curitiba à cidade de Adrianópolis, possui péssimas condições de tráfego e fica intransitável em dias de chuva, isolando o município de Adrianópolis e outros municípios que se localizam neste trecho. Para se ter uma idéia, só a pavimentação do trecho até Bocaiúva do Sul já é reivindicada há mais de 40 anos.

A obra de pavimentação iniciou em data de 17 de agosto do ano passado e contou com a presença do ministro Eliseu Padilha que, na ocasião manifestou intenção do Ministério dos Transportes em inaugurar a obra dentro de três anos. De lá para cá, mais de um ano se passou e agora a obra está paralisada de pavimentação dos 94 necessários. Apesar da terraplanagem até Adrianópolis já ter sido feita, a empreiteira responsável, diante da não liberação de verba, está inclusive retirando seu maquinário do local.

É necessário a imediata retomada das obras, pois a situação fica a cada dia mais crítica, haja vista que veículos de comunicação dão conta de que a assessoria do DNER estuda a possibilidade de sustar verbas para o

segundo semestre, não havendo certeza de que o dinheiro será liberado. O dinheiro que deveria ter sido liberado no mês de setembro não chegou até agora.

Este Poder Legislativo, como legítimo representante das vontades e necessidades do povo do nosso Estado não pode ficar alheio a esta situação, a qual necessita de urgente solução, para o que encarecemos ao ministro dos Transportes Eliseu Padilha, providências.

REQUERIMENTO Nº 3298

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja enviado ao Sr. ministro de Estado da Previdência e Assistência Social e ao senhor presidente do Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, pedido de gestões no sentido de atender os pedidos formulados pelos trabalhadores da Previdência Social que têm sofrido gravemente com a deterioração de seus salários e condições de trabalho.

A manutenção do atual estado de coisas tem trazido grandes problemas para a população em geral, sobretudo daqueles mais desfavorecidos que não encontram na Previdência Social, no momento em que se mantém ou em greve ou nas atuais condições, melhor atendimento às suas necessidades.

Sala das Sessões, em 09.10.2001.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 3250

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, depois de ouvido o douto Plenário, respeitosamente, REQUER, providências ao presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, deputado Hermas Brandão, para que seja encaminhado o Projeto de Lei nº 335/2001, de autoria do Poder Executivo, à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, para análise e parecer.

Justifica-se tal solicitação para que a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações possa emitir parecer sobre o referido Projeto, conforme dispõe o parágrafo 6º do artigo 33 do Regimento Interno desta Casa Legislativa.

Pede e espera deferimento, nos termos regimentais.

Sala das Sessões, 09.10.2001.

(a) EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 3269

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos moradores do Bairro Tingui, mais especificamente da Rua Diógenes do Brasil Lobato, que

solicitam policiamento ostensivo no bairro, tendo em vista a ocorrência constante de assaltos às pessoas e arrombamentos em residências, durante o dia e à noite. As residências chegam a ser destelhadas durante os arrombamentos. Um dos moradores foi internado em hospital, após ter sido assaltado, devido ao trauma sofrido, sendo que os assaltantes portavam uma metralhadora.

A situação é crítica e os moradores encontram-se apavorados e desprotegidos, motivo pelo qual pedem a máxima urgência no atendimento do presente.

Sala das Sessões, em 09.10.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 3298-A

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, providências urgentes da Mesa Executiva, determinando a reinstalação imediata na Praça Nossa Senhora da Salete do monumento em homenagem aos ciganos.

Sala das Sessões, em 09.10.2001.

(a) RENATO GAÚCHO

Presidente da Comissão de
Direitos Humanos e da Cidadania

JUSTIFICATIVA:

O saudoso deputado Anibal Khury reconheceu a importância da cultura cigana no processo cultural de nosso Estado, decidindo homenagear os ciganos, concedendo um espaço para a instalação deste monumento. Com o falecimento do ilustre presidente Anibal Khury, coube ao próximo presidente Nelson Justus em 23.09.99, proceder a inauguração do monumento em homenagem aos ciganos.

Ocorrer que, por circunstâncias desconhecidas foi retirado da Praça Nossa Senhora da Salete em frente a esta Casa de Leis, este monumento.

Esta comissão, considerando ser justa a homenagem ao povo cigano, e em reconhecimento à grande contribuição cultural dos ciganos em nosso Estado, solicita a imediata reposição deste monumento.

REQUERIMENTO Nº 3274

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER envio de pedido de informações à secretária de Estado da Cultura, Sra. Mônica Rischbieter Vieira da Silva, contendo os seguintes quesitos:

01. Qual o montante de recursos orçamentários repassados à Fundação Teatro Guaíra, no atual exercício financeiro?

02. Desses recursos, quais as importâncias gastas na manutenção de seu quadro de pessoal, incluindo cargos em comissão?

03. Quais as importâncias gastas com a realização de eventos culturais e artísticos no atual exercício financeiro pela Fundação Teatro Guaíra?

04. Quais os critérios adotados pela Fundação Teatro Guaíra na escolha das empresas promotoras de eventos culturais e artísticos?

05. Quais as empresas que operam hoje na promoção de espetáculos realizados na instituição?

Sala das Sessões, em 09.10.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

Apoioamento:

Serafina Carrilho, José Maria Ferreira, Ângelo Vanhoni, Ademir Bier, Algaci Tulio, Luciana Rafagnin, Irineu Colombo e Pastor Edson Praczyk.

REQUERIMENTO Nº 3276

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER envio de expediente ao secretário de Estado da Comunicação Social, solicitando as seguintes informações sobre a edição da revista “Paranazinho”, apresentando “Lia Energia”, em “Porque privatar a Copel”.

01. Qual a quantidade de exemplares impressos?

02. Qual o custo da edição e circulação?

03. Quais os patrocinadores?

04. Qual a gráfica que procedeu a impressão?

Sala das Sessões, em 09.10.2001.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Chegou ao nosso gabinete parlamentar e, acreditamos, nos gabinetes dos demais deputados, um exemplar da revista “Paranazinho”, editado em papel de boa qualidade, contendo, além de capa e contracapa, 40 páginas em quadrinhos coloridos, o que nos leva a questionar o custo da mencionada edição.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 506/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Projeto Missionário Siloé, com sede no município de Tapejara e foro no município de Cruzeiro do Oeste.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 09.10.2001.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

A propositura em tela tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Projeto Missionário Siloé, com sede

no município de Tapejara, que tem realizado excelente trabalho de atendimento aos enfermos, pobres e necessitados, órfãos, viúvas e viciados em drogas e álcool. Defendendo os interesses da comunidade, reivindicando junto aos órgãos públicos, as melhorias julgadas necessárias a exercer as atividades da entidade.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 507/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Executivo Estadual a implantar o Programa de Identificação Precoce da Deficiência Auditiva por Metodologia Objetiva para crianças nas unidades de saúde e outras onde ocorram os programas de saúde referentes ao atendimento neonatal, visando promover ações preventivas da saúde auditiva da população infantil do Estado do Paraná.

Art. 2º - Garantir meios que venham a promover ações que possibilitem a identificação das perdas auditivas para todos os bebês através de triagem executada, obrigatoriamente, em berçários, creches, escolas e centros estaduais, devendo o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Saúde, ser comunicado nos casos onde são constatadas anomalias e disfunções.

As Unidades de Saúde e Secretarias envolvidas nos programas sociais, deverão prestar a devida orientação quanto a este atendimento.

§ 1º - Garantir diagnóstico médico, avaliação audiológica e encaminhamento à terapia com fonoaudióloga, incluindo indicação e adaptação de aparelho de amplificação sonora individual para os casos de perda auditiva identificados através de triagem.

§ 2º - garantir a fiscalização nos estabelecimentos hospitalares, unidades de saúde e postos 24 horas no sentido de obter a totalidade de aplicação dos exames de emissão otoacústicos nos neonatos da comunidade atendida, inclusive com a instituição de campo para este fim na carteira da saúde usada normalmente.

Art. 3º - Garantir a implicação do programa criado por esta lei através de ações integradas das secretarias e órgãos de atendimento estadual cuja competência esteja relacionada ao conteúdo desta lei, afiançado e determinando a participação de técnicos e profissionais dos Conselhos Regionais, das Associações e ONG's para a definição das normas de execução deste programa.

Art. 4º - As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias indicadas no orçamento anual do Estado através de indicação de linhas de despesas.

Art. 5º - Esta lei será regulamentada no prazo de 60 (sessenta) dias a partir da sua publicação.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.10.2001.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

JUSTIFICATIVA:

A deficiência auditiva é um problema sério de saúde pública, afetando pelo menos três a cada cem recém-nascido em nosso País.

Por não serem evidentes nos primeiros meses de vida, é freqüentemente reconhecida apenas por suas conseqüências.

Atualmente, em média, ocorre o diagnóstico da deficiência auditiva no Brasil, aos 3 - 4 (três a quatro) anos de idade (INES - 1990), o que implica em dizer que é comum que muitas vezes transcorram 2 (dois) anos entre as primeiras suspeitas dos pais e a confirmação de que a criança efetivamente tem uma alteração auditiva.

Para um adulto ouvinte e leigo no assunto é difícil compreender as conseqüências desastrosas que a perda auditiva congênita da criança (desde o nascimento) traz ao seu desenvolvimento global. Ao contrário, detectada precocemente (até 3 a 4 meses de vida) o prognóstico de que ela venha a ser efetivamente incluída no meio social é altíssimo.

Um bebê portador de deficiência auditiva, severa ou profunda, mas cuja deficiência ainda não foi diagnosticada é tratado pelos pais e familiares como se ouvinte fora. Sem qualquer orientação, vale dizer, sem qualquer técnica, linguagem dos adultos pouco ou nada significa como experiência auditiva para o bebê.

Quanto mais demorar a diagnóstico e, conseqüentemente, o relacionamento adequado com o bebê surdo, significativamente, menos condições de desenvolver-se integral e socialmente ele terá. Resultado: auto-imagem pobre, comportamento difícil perante a comunidade em geral, atraso educacional e vocacional e menos oportunidade de trabalho.

A reabilitação da deficiência auditiva torna-se mais eficiente quando é detectada nos primeiros meses de vida e a adoção de medidas que estimulem o diagnóstico precoce promoverá uma melhor qualidade de vida às crianças afetadas.

PROJETO DE LEI Nº 508/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Sociedade de Amparo ao Menor Marquiesense - SAMMAR do município de Capitão Leônidas Marques, com sede e foro na mesma municipalidade.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.10.2001.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

A Associação Sociedade de Amparo ao Menor Marquiesense - SAMMAR do município de Capitão Leônidas Marques, encontra-se em pleno desenvolvimento há mais de um ano, atendendo com dinamismo e maestria as finalidades para as quais foi criada. Não distribui lucros nem dividendos, nem possui recursos próprios suficientes à sua manutenção. Presta em real utilidade, serviços gratuitos à sua clientela e não remunera a sua diretoria.

Por estas considerações, julgo-a apta a ser declarada de Utilidade Pública por esta Casa, e para isto, a interessada cumpre os quesitos que regulamentam a matéria.

PROJETO DE LEI Nº 509/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Autoriza o Poder Executivo a conceder gratuidade no transporte coletivo intermunicipal aos idosos com idade igual ou superior a 65 (sessenta e cinco) anos, nas rodovias do Estado do Paraná.

Art. 2º - A gratuidade no pagamento será limitada a 04 (quatro) passagens por ônibus, sendo obrigatória a comprovação da idade através da apresentação de identidade para a compra do bilhete, sendo ainda necessária a reserva antecipada do bilhete com antecedência de 07 dias.

Art. 3º - O portador deverá identificar-se ao embarcar, munido de sua Carteira de Identidade, sendo o bilhete emitido, pessoal e intransferível.

Art. 4º - As empresas concessionárias, permissionárias, ou autorizadas pelo Estado, que exploram o transporte coletivo intermunicipal, deverão adequar-se à presente norma, no prazo de 120 dias, a contar da vigência desta lei, ficando responsabilizadas pelo seguro de acidentes pessoais.

Art. 5º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.10.2001.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

O referido projeto de lei tem como objetivo beneficiar os idosos, estendendo ao mesmo a gratuidade do transporte coletivo, para as passagens intermunicipais.

Diariamente nos deparamos com idosos pedindo auxílio financeiro para retornar às suas casas ou mesmo visitar um parente, mas devido às dificuldades financeiras que atravessam, ficam impossibilitados.

O que pretende o legislador constituinte é dar ao idoso um tratamento mais humano e mais digno.

Vale salientar que já existe lei que beneficia o idoso de 65 (sessenta e cinco) anos, estabelecendo ao mesmo a gratuidade do transporte coletivo dentro dos centros urbanos.

Cabe ao Estado promover ações que visem a dignidade e o bem-estar dos idosos.

Desta forma, esperamos o devido apoio e conseqüentemente a aprovação a esta proposta de lei.

PROJETO DE LEI Nº 511/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam transferidas, com exclusividade, para os bancos oficiais com agência no território paranaense, para o HSBC Bank Brasil S/A e para o Paraná Banco S/A, com sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, as contas-depósitos do sistema de arrecadação dos tributos estaduais, sistema de movimentação de valores e pagamentos SIAF - Sistema Integrado de Administração Financeira e conta do Tesouro Geral do Estado/conta/receita/conta única, contas dos fundos e programas, contas dos depósitos e movimentação das entidades da administração indireta e fundações públicas, bem como as disponibilidades dos fundos estaduais e pagamentos do funcionalismo público.

Art. 2º - É vedada à Administração Direta, Indireta e Fundações Públicas, manter contratos de seguro com a seguradora Gralha Azul, controlada pelo Banestado S/A, passando referidos contratos, com exclusividade, às instituições financeiras descritas no dispositivo anterior.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.10.2001.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

O Banestado S/A e suas empresas controladas não estão dispensando o atendimento necessário ao povo paranaense.

As reclamações que chegam a este Poder Legislativo Estadual são as mais variadas.

Desde funcionários que estão sendo demitidos, transferidos, perseguidos, retaliados, sem razões plausíveis, com fechamento de agências bancárias na capital e no interior do Estado.

O mau atendimento aos clientes do Estado do Paraná, o descumprimento formal ou informal, de manter a administração centralizada em Curitiba, transferido

todas as decisões administrativas do Banco e suas controladas e os recursos públicos para a capital de São Paulo.

Verifica-se na antiga sede da administração do Banestado S/A, no bairro de Santa Cândida, em Curitiba-PR, o desmonte da instituição financeira e o pouco caso com o povo paranaense.

É necessária uma tomada de posição e a Assembléia Legislativa do Paraná não pode se omitir diante desse quadro desolador que atinge a todos os antigos clientes e em especial ao povo do Paraná, que tinha na instituição uma alavanca para o seu desenvolvimento.

Contrata-se uma sangria de recursos públicos em favor de São Paulo, onde os depósitos de nossa gente são transferidos para aquele Banco, em detrimento do nosso Paraná.

O presente projeto de lei privilegia os Bancos paranaenses, com sede na capital do Estado, Curitiba, onde se situam as suas respectivas administrações, e nada mais justo do que dar preferência às empresas do Paraná.

Projeto de Lei Complementar:

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 510/2001

À Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica alterado o artigo 23, da Lei Complementar nº 01/72, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art 23 - O processo administrativo-fiscal desenvolve-se nas seguintes instâncias:

a) primeira, singular, a nível da Coordenação da Receita do Estado - CRE;

b) segunda, coletiva, a nível do Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais - CCRF.”

Art. 2º - Fica revogado o artigo 25 e seus parágrafos, da Lei Complementar nº 01/72.

Art. 3º - Esta lei complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.10.2001.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

A Lei Complementar Estadual nº 01, de 02.08.72, elaborada ao tempo do regime de exceção, defere ao secretário de Estado da Fazenda a competência plenipotenciária de, em terceira e última instância, singular (artigo 23, c) julgar processo administrativo-fiscal já apreciado e decidido pelo Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais CCRF o qual, plenariamente é composto de 12 Vogais, além do Presidente (13 julgadores).

Mais grave, é que o secretário da Fazenda somente pode ser instado unilateralmente, já que o acesso ao denominado “recurso hierárquico” é privativo da Repre-

sentação da Fazenda no Conselho, cabível tal petitório, no caso de “decisões não unânimes e contrárias à Fazenda Estadual” (artigo 25). Ao contribuinte é vedado o acesso ao esdrúxulo recurso.

O dispositivo recursal afronta o princípio insculpido no artigo 5º, LV da Constituição Federal, negando a um dos litigantes (o contribuinte) o contraditório, na medida em que assegura o remédio processual somente ao Estado. Fere, frontalmente o princípio do devido processo legal e, ainda, devolve a julgamento monocrático as questões examinadas por colegiado. Se o órgão coletivo existe precisamente para examinar decisão singular - do Delegado Regional da Receita a nível de Coordenação da Receita Estadual - de nada valem seus Acórdãos quando contrários à Fazenda, posto que o secretário pode modificar tal resultado processual, negando competência ao Conselho, como crescentemente tem acontecido.

Importa frisar também, que o Conselho de Contribuintes da União já revogou disposição idêntica que deferiria ao Ministro da Fazenda o reprovável e retrógrado poder. Por igual, é inconcebível que o Secretário Estadual decida melhor do que 12 Vogais sob a Presidência do décimo terceiro membro, este demissível *ad-nutem* pelo Governador do Estado (artigo 3º parágrafo 3º).

A revogação ora proposta atende o interesse de mais de 150.000 empresas paranaenses contribuintes do ICMS - tributo cuja fiscalização origina 99% dos processos administrativos fiscais em curso.

Por fim, saliente-se que as funções do Conselho são inerentes a órgão auxiliar de distribuição da Justiça.

Sua atividade e seus julgados devem reduzir consideravelmente a quantidade de processos submetidos ao Poder Judiciário. Esse resultado vem sendo acentuadamente neutralizado pela abusiva impetração do citado recurso.

Com a revogação da alínea “c” do artigo 23 e do artigo 25 e seus parágrafos, extinguir-se-á o condenável permissivo.

Diante do exposto, esperamos contar com o apoio dos nobres pares, para a aprovação do plano de lei.

O SR. PRESIDENTE (**Hermes Brandão**)

Primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Augustinho Zucchi.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Senhor presidente e senhores deputados.

Ocupo a tribuna, para falar de uma preocupação dos nossos produtores de leite do Estado do Paraná. Com certeza absoluta o deputado Pessuti, que é o presidente do Bloco Agropecuário tem participado das discussões no Estado a respeito dessa situação crítica por que passam hoje os nossos produtores de leite.

Como se sabe são, na sua grande maioria, pequenos produtores que trabalham de forma integrada a cooperativas e laticínios, pessoas que fazem da sua propriedade uma busca incessante de uma alternativa

maior de renda para que consigam viabilizar a sua atividade na agropecuária. E o leite ocupa lugar de destaque para esses nossos pequenos produtores.

Há poucos dias atrás reuniram-se aqui em Curitiba, representantes do Paraná, São Paulo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Minas Gerais, para cobrar do Governo Federal providências no sentido de minimizar esta crise por que passam os produtores hoje, que tiveram uma queda real no preço do leite em cerca de 30%. Aqui, no Paraná, segundo levantamento da Secretaria da Agricultura, o preço do leite pago ao produtor caiu cerca de 20%, e já começa a ter reflexos nas pequenas propriedades e naquelas que fazem desta atividade sua renda principal nas suas propriedades rurais. Os altos custos de produção e a baixa remuneração são as justificadas reclamações dos produtores, que estão assustados com a queda do preço em plena entressafra, “que provocará perdas irreversíveis em toda a cadeia produtiva do leite”, disse Nélcio Ribas, presidente da Associação Paranaense de Criadores de Bovinos de raça Holandesa, que é médico e criador.

Os produtores dos cinco Estados culpam também o Governo Federal pela sua ação, principalmente devido a crise energética, que acabou trazendo conseqüências ao setor leiteiro. Segundo a avaliação que se tem, pela falta de energia em várias regiões do Brasil, as indústrias tiveram que cortar produção, gerando desemprego, e como conseqüência, refletindo no consumidor que passou a comprar menos, e, desta forma, provocou também a queda do preço do produto.

Além do que, muitos outros problemas é que estão ocasionando esta queda. E até, senhor presidente, neste momento, no Senado Federal o senador Osmar Dias faz um pronunciamento com relação a esta questão.

Já que a gravidade deste assunto levou a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais a criar uma CPI, uma Comissão Parlamentar de Inquérito para averiguar denúncias de irregularidades que estariam sendo praticadas pelas grandes indústrias, que estariam fazendo, obviamente, um “lobby” no setor, provocando a queda do preço a nível de produtores.

A CPI em Minas Gerais detectou, por exemplo, que a margem de lucro na venda do leite longa vida, no varejo, varia de 20% a 46%, conforme denunciou Roberto Bernardes, presidente da Comissão Nacional da Pecuária Leiteira, da CNA.

Diante disto, o próximo passo da Confederação Nacional da Agricultura é convencer o Governo a tabelar a margem de lucro dos varejistas, no que diz respeito a produtores lácteos. Aqui no Paraná, a grande diferença entre as margens de lucro, tem preocupado setores da nossa agricultura.

(**Passa usar o Horário destinado à Liderança do PDT**)

Segundo levantamentos da Secretaria da Agricultura, aqui no Paraná o produtor recebeu, no mês de agosto, em média, R\$0,32 pelo litro de leite. Levando em conta que são necessários dez litros de leite para a fabri-

cação de 1 quilo de queijo prato, a matéria prima sairia do campo por R\$3,20. Depois de industrializado, a média do quilo do produto, na indústria, de acordo com a pesquisa, teria custado R\$4,04, representando uma elevação de 26%. No varejo, o quilo do mesmo queijo, em média, teria sido comercializado a R\$8,52 o quilo, o que significa um aumento de 110,08% a mais, após a industrialização.

Portanto, senhor presidente, é notória a preocupação de todos os setores com relação a essa questão. Há poucos dias, o deputado Valdir Rossoni inclusive apresentou a esta Casa, um projeto que diminui o ICMS cobrado dos produtores derivados do leite.

Mas, veja bem deputado Pessuti, no Rio Grande do Sul, o governador Olívio Dutra, através de um decreto, pelo menos é esta a informação que a FAEP nos passa, teria determinado a isenção total do ICMS para o leite produzido no Estado do Rio Grande do Sul, e agora se contradizem com relação a um projeto que nós estaríamos apresentando, deputado Pessuti, inclusive em contato com a Federação da Agricultura, com a Ocepar e com a Associação dos Criadores do Paraná, nós estamos aguardando para a apresentação deste projeto também aqui na Assembléia Legislativa, um projeto que isente de ICMS a comercialização dos produtos derivados do leite, aqui no Paraná.

Ou então, assim como está propondo o senador Osmar Dias, no Senado da República, que se tenha um tratamento igual na questão tributária, neste sentido, no País. O que não pode é o Rio Grande do Sul estar com esta política e nós inclusive achamos que é elogiável esta atitude do governador Olívio Dutra em eximir os produtores de leite daquele Estado, com relação ao ICMS. Mas, ocorre que o leite de lá está entrando no Paraná numa condição obviamente muito melhor, em termos de comercialização, do que o leite produzido pelos nossos produtores.

Aqui, o preço do litro do leite oferecido nos supermercados chega a R\$0,93 ou R\$1,00, leite produzido no Paraná, tendo em vista a cobrança do ICMS. No Rio Grande do Sul, este leite chega a R\$0,63 a R\$0,69 o litro. Obviamente isto ocasiona uma dificuldade. O que nós queremos é o mesmo tratamento. E nós vamos, deputado Pessuti, esperar esta definição da Federação da Agricultura, da Ocepar; da Associação de Criadores, para nosso projeto, que daí não será mais nosso.

Acho que deva ser um projeto dos deputados que estão participando da discussão, como V. Exa., para que possamos estabelecer no Paraná a mesma política tributária que se estabelece no Rio Grande do Sul; até para que possamos dar o respaldo aos nossos produtores do Estado do Paraná que se encontram nesta dificuldade.

Estou passando a palavra ao deputado Orlando Pessuti, que é o presidente do Bloco Agropecuário, que tem acompanhado também todas essas questões junto às entidades do Paraná.

O Sr. Orlando Pessuti

Deputado Augustinho Zucchi, V. Exa. traz, com muita propriedade, a discussão da questão do leite à Sessão plenária de hoje.

Na última terça-feira nos ausentamos daqui, quando se entregava o título de cidadã a Zilda Arns, porque estávamos na reunião da FAEP junto com dirigentes de cooperativas e com produtores de todo o Estado do Paraná, discutindo essa questão do leite. Estava lá também a sua equipe de assessores acompanhando, e realmente, a situação de pecuária de leite hoje, no Brasil é uma situação crítica, em decorrência, principalmente do cartel que se faz das grandes redes de supermercados e, infelizmente, a Assembléia Legislativa teve uma CPI dos Supermercados e, até hoje, se não me falha a memória, o relatório ainda não foi apreciado por este Plenário, mas esse cartel que se forma das grandes redes de supermercados faz com que o preço do leite, que não é rebaixado para o consumidor, acabe sendo achatado a nível do consumidor, quando uma oferta maior desse produto aconteça.

O Governo do Estado, o Governo Federal principalmente, asseguraram e pediram aos produtores que melhorassem a qualidade dos seus rebanhos, que investissem, como investiram alguns em ordenhadeiras, em resfriadores de leite. Tudo adquirido com base no dólar, estão realmente desesperados, porque o dólar subiu e o leite baixou e uma coisa inédita aconteceu neste período, que normalmente é um período de entressafra, onde a produção de leite cai porque a qualidade das pastagens diminui. Este ano, até em função das chuvas aqui no Paraná, no período da seca, a produção do leite se manteve equilibrada. E hoje estamos enfrentando esse cartel, vamos dizer assim, das grandes redes de supermercado, colocando o leite para baixo e evidentemente a indústria, que são as cooperativas, os laticínios, que já têm uma margem um pouco estreita, não têm como assumir tudo isso e acaba sobrando mais uma vez no lombo do produtor rural que já perde mais de 10 centavos, hoje, em relação ao preço que recebia alguns dias atrás.

Em Minas Gerais, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, estão em andamento Comissões Parlamentares para analisar a questão do leite. É um assunto que queremos, também aqui na Assembléia do Paraná, discutir com os demais parlamentares se vamos proceder desta forma ou não.

Como diz V. Exa., estamos aguardando o fechamento por parte da Ocepar, da FAEP, da APCBRH (Associação Paranaense dos Criadores Bovinos da Raça Holandesa), para que eles nos digam qual o caminho que gostariam que percorrêssemos.

A questão tributária. O Rio Grande do Sul zerou o ICMS, inclusive nas operações interestaduais. Então, o leite chega no Rio de Janeiro, por exemplo, o leite Elegê, lá do Rio Grande do Sul, chega no Rio de Janeiro em condições muito mais favoráveis que o leite produzido ali no Rio de Janeiro. Está dominando, inclusive, o mercado!

Nós, se formos a grandes redes de supermercados, vamos encontrar leite de Minas Gerais, do Rio Grande do Sul, de tudo que é lugar. Por quê?

Por causas dessas questões tributárias diferentes e porque, normalmente, esse leite longa vida que vem de regiões mais distantes, onde a pecuária de leite não é tão tradicional como é aqui no Paraná, o leite que está dentro do pacote longa vida, normalmente é um leite que é coletado a partir de propriedades que têm, não o leite como principal fundamento, mas pecuária mista, leite/corte. O gado, até mesmo de corte, do qual se extrai o leite. Então, o leite é adquirido até por um preço inferior àquele que normalmente se pratica. É um leite que fica estocado e que normalmente num momento como este, mesmo de longa distância, chega aqui por um preço mais barato. Então, temos que fazer alguma coisa.

Na questão tributária ainda, o deputado Rossoni tem um projeto de alguns aspectos de tributação de leite em todos os seus sentidos. Seria oportuno se, ao invés de iniciarmos um projeto novo na Assembléia, que pudéssemos, na Comissão de Justiça, fazermos um substitutivo geral ao projeto do deputado Valdir Rossoni, para aproveitar essa fase que tramitou, e que aprovemos o mais rápido possível as medidas tributárias que são necessárias.

Agradeço o aparte e cumprimento V. Exa. por trazer esse assunto, que é fundamental. É fundamental para nós e para centenas de pessoas no Paraná e milhares no Brasil que dedicam, na pecuária de leite, a sua fonte de renda; diria mais: a sua fonte de vida.

Muito obrigado.!

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Agradeço ao deputado Orlando Pessuti e incorporo ao nosso pronunciamento, por entender que diz respeito totalmente a essa questão do leite, não só no Paraná, mas em todo o Brasil.

Gostaria de conceder um aparte ao deputado Nereu Moura.

O Sr. Nereu Moura

V. Exa. aborda um assunto de extrema gravidade para a agricultura paranaense e brasileira, em que pese o som, pois não lhe ajuda para que o Plenário possa acompanhar o seu raciocínio. Por isso que temos apelado para arrumar o som desta Casa, pois ele é o coração da Assembléia Legislativa.

Quero acompanhar a proposta de V. Exa., no sentido de que esta Casa venha debater com profundidade este problema: o leite que é um insumo fundamental na vida do pequeno produtor rural e está afetando de forma seriíssima a viabilidades dessa gente na roça. No mesmo período do ano passado o leite estava sendo comercializado por 0,35 o litro. Aqui, hoje, está sendo comercializado por 0,21. Isso porque estamos numa entressafra. A perspectiva é que o leite venha a diminuir mais o seu valor para o produtor rural. Em Minas Gerais, Goiás,

Estados que são grandes produtores de leite, já existe CPI's nas suas Assembléias, investigando as causas da remuneração tão pequena para o produtor. Por que é que na ponta o consumidor paga abusivamente para poder consumir o leite? Não dá para aceitar! Quem é que está se locupletando na costas do produtor rural?

Nós, aqui da Assembléia, não podemos fazer vistas grossas com relação a esse tema. Temos que achar um meio de investigar com profundidade, para podermos fazer uma radiografia dessa situação e atenuar as dificuldades que a agricultura paranaense vem enfrentando, especialmente a agricultura familiar.

Muito obrigado!

O Sr. Edno Guimarães

Estou atentamente ouvindo o seu pronunciamento. Ainda ontem encaminhei um requerimento por esta Casa ao governador do Estado, dizendo que na nossa região, no Noroeste do Paraná, há um desestímulo dos piores de todos os tempos: o leite está sendo vendido a 0,13 centavos o litro. Um copo de água hoje está custando três vezes o litro de leite!

Então, veja bem, é impossível você produzir um produto desses para vender a esse preço. Acho que as autoridades têm que tomar uma medida urgentemente!

Ainda, conversando com o vice-prefeito de Umuarama, Dr. Marques, ele disse: "vou abandonar." Ele fez um investimento tamanho na sua produção de leite; na renovação dos animais produtores e com isso ele está com um prejuízo muito grande. E assim, citando ele como exemplo, toda classe que mexe com leite está desestimulada. Acho que chegou no "fundo do poço"; não é possível mais suportar uma situação dessas.

Muito obrigado.

O SR. AUGUTINHO ZUCCHI

Agradeço os partes dos deputados Edno Guimarães e Nereu Moura.

Para concluir, senhor presidente, reiterar aqui, de que estou reproduzindo o pronunciamento que está fazendo, neste exato momento, o senador Osmar Dias, no senado Federal, porque essa questão do leite é uma questão extremamente preocupante para os nossos produtores do Paraná.

Aqueles que investiram, tanto na renovação genética do plantel; como na produção como um todo; em equipamentos, hoje encontram dificuldades para continuar na atividade, tendo em vista, a queda brutal do preço do leite.

E como falou o deputado Nereu Moura, acho que temos que constituir uma comissão; uma comissão especial, que possa trabalhar técnica e politicamente essa questão e até de averiguação sobre o que está acontecendo com relação ao setor do leite no Paraná. E também, se não tiver uma medida tomada urgentemente, por parte do Governo do Estado, acho que a Assembléia deve aqui, sim, isentar os produtos derivados do leite da cobrança de

ICMS do Paraná; até para nós ficarmos equivalentes a Estados como Rio Grande do Sul, que comercializam leite numa vantagem muito maior do que o leite produzido pelos nossos produtores.

Muito obrigado, senhor presidente, muito obrigado, aos senhores deputados.

O SR. NELSON GARCIA (Pela Ordem)

Senhor presidente, só para registrar aqui na tribuna, o vice prefeito José Carlos, de Douradina, que está assistindo a Sessão.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Devidamente registrado.

Com a palavra, o deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados e visitantes que hoje acolhe esta Casa para o acompanhamento dos nossos trabalhos.

Foi publicado na Gazeta Mercantil do dia 04 de outubro, uma matéria sobre o sistema energético nacional, sob o título: “um retrato do sistema elétrico”, pelo Dr. Joaquim Francisco de Carvalho, que foi coordenador do setor industrial do Ministério do Planejamento, diretor da Nucleo e também engenheiro da CESB e atualmente é consultor na área de energia elétrica no Brasil e fornecendo os seus préstimos para outros países da América Latina.

Estamos com um impasse entre o Governo do Paraná e a sociedade paranaense com relação à venda da Copel.

E aqui, senhores deputados, quero deixar algumas colocações, que neste momento, entendemos serem extremamente oportunas as suas observações.

Como fato ocorrido no dia 11 de setembro em Nova Iorque e Washington, trouxe para o mundo e para a economia, grandes momentos de instabilidade e o sentimento de incerteza, na economia e nos rumos do nosso futuro, da economia globalizada.

Evidentemente que poderão dizer que são momentos passageiros, porque em outras oportunidades também já ocorreram fatos que abalaram as estruturas do capital globalizado e em pouco tempo ele conseguiu fazer com que fosse revertida essa sensação de insegurança.

Mas hoje nós temos essa sensação de insegurança muito mais enraizada, nos conceitos fundamentais da economia, do que mesmo no sentimento das pessoas.

Quando se vê que há uma redução do fluxo de passageiros, com direção aos Estados Unidos, da Ordem de 44%, evidentemente que a economia será severamente atingida.

E nós estamos dentro deste processo de insegurança, de instabilidade, procurando fazer a privatização da melhor empresa do sistema elétrico brasileiro.

O Governo Federal tem muito mais necessidade do ponto de vista geral, de fazer as privatizações, porque

precisa da entrada de dólares para equilibrar a sua balança de pagamento. Abriu mão junto com o Governo de São Paulo, de privatizarem a SESP. É a SESP do Paraná!

Agora, nós tendo a “pérola da coroa” do sistema elétrico brasileiro, vamos fazer a privatização atabalhoada, sem saber se amanhã nós não vamos estar entregando a Copel pelo valor mínimo de avaliação, que inclusive está sendo contestado na Justiça, já com uma peça judicial depositada no Ministério Público que acolheu, e está hoje lá o Procurador do Ministério Público, levantando os dados para saber até onde tem de verdade quanto ao valor avaliado pelas empresas contratadas e aquilo que efetivamente precisa para construir uma outra Copel no Paraná.

E mais ainda, senhores deputados, as grandes empresas, que eram as verdadeiras, ou pelo menos as potenciais interessadas na aquisição da Copel, hoje vão saindo uma a uma, deixando de ter interesse da participação na privatização.

Antes saiu a francesa, “EDF” (?), ontem saiu a Andress” (?), a empresa espanhola, e assim sucessivamente.

Anteriormente, duas outras saíram, empresas que pretendiam também concorrer ao leilão da aquisição do controle acionário da Copel.

Ora, sem essas grandes empresas, senhor presidente, estaremos fazendo a entrega do patrimônio público do Paraná, e não um leilão, que vai acontecer longe dos olhos do paranaense, no dia 31 de outubro, mas sim, a entrega deste patrimônio!

E em função da mudança de quadros, da mudança do alinhamento dentro desta Casa, senhor presidente, aonde mais de dez, quinze por cento dos senhores deputados tiveram, por razões outras, que buscar outra legenda, e recompondo o mosaico desta Assembléia, muda inclusive, as forças em relação à própria venda da Copel.

E foi estimulado por essa nova mudança partidária, deputado Algaci Tulio, que busque falar com o ex-governador José Richa, para que ele, hoje, tendo grande influência dentro do PSDB, tendo, por várias oportunidades, feito afirmações no sentido de que era contrário à privatização da Copel, de que era uma medida insana, sem guardar nenhuma responsabilidade para com os destinos do Paraná, a sua privatização, que convidei aquele também, juntamente, deputado Tony Garcia, com o ex-deputado Federal e Presidente de Itaipu, Euclides Scalco, que faça um esforço, não só dentro do seu Partido, mas também aqui na Assembléia junto aos seus representados, para que nós possamos ter o projeto de iniciativa popular votado e, quem sabe, possamos, a Bancada de Resistência à venda da Copel, fazer um entendimento nesta Casa e avançarmos no projeto, quem sabe na direção do projeto do PPS, com o apoio do PSDB.

E qual a surpresa minha? Recebi do ex-governador dizendo, deputado Elio Rusch, que poderia, sim, se utili-

zar aqui o seu nome e dizer a esta Casa que não tenha dúvidas, que ele soma esforços junto com a Bancada de Oposição, para que nós possamos reverter o processo de venda da Copel, porque o quadro é temerário e amanhã nós podemos estar entregando a Copel pelo valor mais ínfimo, e aí não adianta reclamar dizendo fui enganado, me disseram que o Governo venderia a Copel por oito bilhões! E nós não vamos encontrar quem pague mais do que, quem sabe, quatro ou cinco bilhões de reais!

E aqui já se vê, pelo comportamento, que se vai adotar não a empresa que vier, ela não vai adotar a aquisição da Copel para buscar o lucro gerado da atividade, mas vai fazer dela escaninhos, que cada uma das empresas interessadas pode chegar, depois de privatizada, e comprar a Copel Noroeste, a Copel Sudoeste, a Copel Sul, a Copel Geração, a Copel Centro Paraná, e aí estaremos, realmente, em uma confederação de empresas fornecedoras de energia, com todas as consequências ao consumidor e, sobretudo, à economia do nosso Estado.

(Ausência de som)

Senhor presidente, eu pediria mais um tempinho só para ler dois trechos deste consultor.

Ele diz o seguinte: “tudo remonta às administrações de Sarney quando, em nome da globalização, poderosos grupos internacionais, inclusive a estatal francesa “EDF”, passaram a se interessar por aumentar o poder na América Latina com vistas à incorporação de ativos altamente rentáveis, como o sistema hidrelétrico brasileiro. Virtual, deputado Ângelo Vanhoni, mina de ouro, que produz eletricidade quase de graça, pois as usinas já estão amortizadas e são movidas pelo peso das águas, que não custam nada”.

E mais adiante ele diz: “na medida em que a população aumenta e a economia se desenvolve, é claro que cresce também a demanda por eletricidade. Para cobrir este crescimento, novas hidrelétricas devem ser construídas, com seus reservatórios, e se não forem feitos os investimentos necessários, o sistema original precisará usar, no presente, parte da sobre da água que estava sendo represada nos reservatórios existentes, para ser usada em secas futuras”.

Assim, em vez de sobrar, passasse a faltar água, como aconteceu. Já a nossa carência de energia, foi mais uma vazão de água que teve que ser implementada porque não houve o implemento na geração de novas fontes energéticas do que mesmo em relação ‘a seca. A seca existiu, mas o nosso sistema hídrico permitia contemplar essas estações de seca e permitir que nós pudéssemos, em qualquer tempo, atuar no fornecimento de energia.

Senhor presidente, diz mais: “Hoje as principais distribuidoras estão privatizadas, remetem grandes lucros e não investem em geração, embora pudessem produzir até 30% a mais da eletricidade que distribuem; cerca de 20% das geradoras também já estão privatizadas”.

Qualquer profissional que tenha acompanhado o processo de construção do sistema elétrico percebe que a política de privatizações devolveu-nos ao estágio indus-

trial pré-1960, do qual emergimos quando os governos entenderam que no Brasil a viabilidade de qualquer serviço público monopolizável requer controle estatal.

É por isso que continuo, senhor presidente, não só depois do PSDB, mas também lá continuei defendendo a não-privatização da Copel e do sistema elétrico, porque entendo que o Estado precisa estar presente porque é estratégico para o Paraná e para o Brasil. Não tenha dúvida, a capacidade da geração termelétrica é extremamente elevada e ela só viabiliza para a economia brasileira se tivermos condições de fazer um mix entre a energia hidráulica, gerada pelas nossas usinas a custo baixíssimo, com a energia utilizada e gerada pela termelétrica. Caso contrário, as nossas termelétricas ficarão sem condições de competitividade no mercado concorrente nacional.

Agradeço a tolerância do senhor presidente, pelo tempo que me concedeu.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

No Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Algaci Tulio.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, amigos e amigas do Instituto de Criminalística que nos acompanham nesta tarde com as suas presenças, e vieram acompanhar também a Sessão Extraordinária, quando iremos votar pela segunda vez Emenda à Constituição, que dá autonomia ao nosso Instituto de Criminalística, a nossa saudação!

Senhor presidente, o deputado José Maria Ferreira antecipou praticamente em boa parte aquilo que eu desejava falar hoje aqui a respeito da Copel.

Acho que não pode sair da lembrança, deputado Ângelo Vanhoni, deputados que votaram na questão da Copel, quando esta Casa no dia 30 de setembro votou o projeto de iniciativa popular que impedia, que tentava impedir a venda da nossa principal empresa, da nossa “galinha dos ovos de ouro” que é a nossa Copel.

Esta Casa viveu momentos memoráveis nos dias que antecederam àquela votação e no próprio dia em que nós tivemos aqui, lamentavelmente, por um voto, a derrota da nossa tentativa, e uma Bancada de Oposição e de uma Bancada Independente, de tentar segurar essa empresa, ainda, nas mãos dos paranaenses e parte dela nas mãos do Governo do Paraná.

E o que me traz hoje à tribuna são os últimos acontecimentos, são as últimas notícias, algumas delas já antecipadas pelo deputado José Maria Ferreira. Mas o que me traz também, neste momento, é a preocupação pelo que está dizendo o presidente da Copel e secretário da Fazenda do Governo do Estado do Paraná, o senhor Ingo Hübert. Ele diz: “O Governo do Estado espera que pelo menos quatro grandes companhias participem do

leilão no dia 31 de outubro na Bolsa de Valores do Rio Janeiro”.

E diz mais, a Copel continua despertando atenção de grandes grupos nacionais e estrangeiros - evidentemente que a Copel continua chamando a atenção, quem não deseja comprar a Copel? E especialmente num momento desses em que, de repente, o dólar pode cair, e conseqüentemente o preço mínimo poderá também sofrer algumas conseqüências, como já evidentemente sofrerá o ágio.

Diz o Secretário, o choque provocado na economia mundial pelos atentados terroristas não mudou o plano dos investidores.

Será que o presidente da Copel foi consultar um por um dos investidores internacionais para saber se os planos deles não mudaram em conseqüência dos atentados terroristas, em conseqüência da crise mundial que vivemos neste momento? Ele diz mais ainda, ele garante que o adiamento, o cancelamento do leilão estão descartados.

É lamentável que o governo pense desta maneira. Há um momento de incerteza no mundo, há um momento de expectativa no mundo todo em relação aos acontecimentos destas últimas horas. E parece que o Estado do Paraná é uma ilha que está vivendo isoladamente sem maiores complicações na sua economia, sem maiores problemas na venda da sua empresa energética e vai colocá-la a leilão no dia 31 de outubro na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro!

Acho que este é o momento de reflexão que deve ter o Governo do Estado, a sua equipe de assessores; é o momento de parar, pensar e analisar.

Senão, vejamos aqui também, hoje o jornal Gazeta do Povo traz uma pesquisa de opinião ouvindo pessoas de destaque na economia, na indústria e no comércio do Estado do Paraná.

Para a Federação da Agricultura conflitos prejudicam as exportações - “guerra vai retrainar investimentos”, dizem os empresários paranaenses. O empresário Dr. Domakoski, que é presidente da Associação Comercial do Paraná, fala que o reflexo imediato da guerra entre os Estados Unidos...

(término do horário)

... para o Brasil será a retração dos investimentos.

E também fala ainda da previsão feita ontem por empresários e líderes classistas paranaenses, todos são unânimes em afirmar que quanto mais tempo demorar este conflito, maior será a incerteza nos mercados mundiais, mas descartam que estamos à beira de uma terceira guerra mundial.

Esta é a preocupação que me traz hoje a esta tribuna, senhor presidente, senhores deputados. Será que este é o momento de se manter ainda a fixação do leilão da Copel no dia 31 de outubro? Será que não seria o momento de o governador do Estado, do presidente da empresa, fazerem uma reflexão e de repente até adiar, porque já tivemos três empresas que já deixaram de ter

interesse na compra da Copel: uma empresa americana, uma empresa espanhola que ontem desistiu e além da Cemig, são três, deputado Waldyr Pugliesi, que já desistiram de participar do leilão da Copel.

O Sr. Orlando Pessuti

Permite um aparte, deputado?

O SR. ALGACI TULIO

Então, é necessário que neste momento o Governo do Estado faça uma reflexão, pense, analise o que fazer. Será que não é arriscado demais de repente jogar este patrimônio extraordinário?

Senhor presidente, eu peço, talvez até estreando na liderança ou ocupando a Liderança do PSDB, já que o deputado Sérgio Spada não está no plenário, para que eu possa conceder os apartes necessários a este meu pronunciamento, senhor presidente?

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

V. Exa. passa a falar no Horário da Liderança do PSDB.

O SR. ALGACI TULIO

Agradeço, senhor presidente.

Então, dizia eu, será que não é este o momento de parar e pensar, analisar e tirar da Ordem do Dia esta data marcada para o dia 31? Será que o governo do Paraná não imagina que esta oscilação das Bolsas de Valores, este retraimento que ocorreu do investidor internacional, já por três que já deixaram de mostrar interesse no leilão da Copel? Será que é o momento oportuno, senhor presidente, senhores deputados, para que a Copel vá a leilão no Rio de Janeiro? É esta a indagação, é esta a reflexão que o governador precisa fazer neste momento, sob o risco de colocarmos aí, a um preço vil, baixo e irrisório, este patrimônio extraordinário, que não vale o valor inicial, o valor mínimo de quatro bilhões e alguns quebrados, mas que vale 20, 25, 30 bilhões, pelo patrimônio extraordinário que é a nossa Copel.

Concedo um aparte ao deputado Orlando Pessuti.

O Sr. Orlando Pessuti

Deputado Algaci Tulio, V. Exa. e, anteriormente o deputado José Maria Ferreira, trazem de novo à discussão a questão da Copel.

Lembro-me que na semana passada, quando conversávamos neste plenário, dizíamos uns para os outros que era necessário nesta semana voltarmos a discutir a questão da privatização da Copel.

V. Exa. falou há pouco do valor mínimo que foi estipulado e falou também dos valores, que entidades, institutos abalizados dizem que vale a Copel - não os quatro bilhões mas quem sabe, 25 bilhões. V. Exa. está certo no que está afirmando.

Recentemente em uma das reuniões do fórum contra a privatização da Copel, em um trabalho realizado

pelo professor Aldino, ele mostrava como que ocorreram algumas privatizações ligadas ao setor energético no País. Mostrou, por exemplo, que no Rio Grande do Sul, onde só foi vendida a distribuição, lá se pagou ao redor de 800 dólares, por consumidor. Vejamos a conta: no Brasil inteiro, alguns lugares, mais que mil dólares, em relação ao consumidor; outros 700 dólares, mas enfim, ele chegou a um preço médio, ao redor de 800 dólares por consumidor.

A Copel tem no Paraná ao redor de três milhões de consumidores. Se multiplicarmos três milhões de consumidores por 800 dólares, vamos chegar a casa de dois bilhões e 400 milhões de dólares, só para o setor de distribuição, que não é, sem sombra de dúvidas, no caso do Paraná, o filé mignon. O grande filé que tem a Copel, no Estado do Paraná, é a geração de energia: são as usinas hidrelétricas, as termoeletricas, além disso tem a rede imensa de transmissão, as subestações espalhadas em todo o Estado do Paraná. Agregado à Copel temos a participação na Sanepar, no Sercomtel, na Compagás, em diversos outros setores ligados à energia, à informática e à tecnologia.

Veja, portanto, V. Exa., aquilo que está sendo praticado pelo atual governo, além de ser uma imprudência a venda da Copel, seja antes ou depois do episódio americano - já era uma imprudência vender a Copel - agora é uma irresponsabilidade, é um crime de lesa-pátria paranaense. Porque todos estamos vendo a todo instante, empresas que eram fortíssimas candidatas a participar do leilão se retirando do processo, diante da incerteza. Mas o Governo do Paraná insiste em continuar vendendo as ações da nossa companhia de energia, o que é realmente triste e lamentável.

Se pegarmos apenas esse dado e se lá na frente, em uma medida de negociação, de entendimento amplo dos paranaenses, decidíssemos vender apenas e tão somente a distribuição, preservando a transmissão e a geração de energia e as demais empresas que também são interessantes, o Paraná permanecer com acesso e domínio sobre elas, principalmente no caso a Compagás, se vendermos apenas a distribuição, pelo preço médio de todas as vendas de distribuição de energia, neste País, teríamos cerca de dois bilhões e quatrocentos milhões de dólares, que multiplicado pelo dólar atual, chegaríamos a mais de cinco bilhões de reais, que seriam suficientes para irrigar, para lastrear, para sustentar o Fundo de Previdência e para os investimentos, "sabe lá Deus em que", que pretende fazer esse Governo que aí está.

Então, não tem sentido continuar-se na direção em que caminha este Governo, da venda total da Copel; não tem sentido vender nada, mas se fosse para vender, com certeza, apenas a distribuição seria suficiente para atender às necessidades mais emergenciais.

Por isso, concordo com V. Exa. que faz da tribuna, a exemplo do deputado José Maria, a exemplo nosso, um apelo a que o governador num momento de lucidez, quem sabe, num momento de demonstração do seu com-

promisso com o Paraná e com os paranaenses, que ele reveja essa posição cega e eu diria até burra, de continuar na luta para vender aquilo que é o maior patrimônio de todos nós paranaenses.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, V. Exa. foi bastante democrático ao deputado José Maria Ferreira. Peço apenas mais um minuto e meio para atender o apelo do deputado Neivo Beraldin, e do deputado Marcos Isfer que pretendem fazer um aparte a esta questão.

O deputado Orlando Pessuti está cheio de razão, os números apontados por ele são realmente, extraordinariamente corretos. Se vendêssemos hoje apenas ou a distribuição, ou apenas evitando, segurando a geração, evidentemente que manteríamos ainda este patrimônio nas mãos dos paranaenses e conseguiríamos atender aquilo que diz o governo de ser uma prioridade neste momento o Fundo de pensões.

Com a palavra o deputado Neivo Beraldin.

O Sr. Neivo Beraldin

Muito obrigado, deputado Algaci Tulio, pela concessão do aparte.

Na verdade, o deputado Orlando Pessuti que me antecedeu discorreu bem sobre a importância da geração e da distribuição de energia, mas eu gostaria de aproveitar este curto espaço de tempo para mais uma vez relatar à opinião pública que o Governo Lerner quando assumiu, tinha 196 bilhões da Copel, hoje ele tem 85 bilhões de ações; ele vendeu 111 bilhões de ações, e isto deu para ele arrecadar no mínimo um bilhão e 800 milhões de reais e no máximo 2 bilhões de reais, isto conforme o valor das ações hoje na Bolsa de Valores.

Agora, o Fundo de Previdência. Quem quebrou o IPE? Na mão de quem? Na mão do governador Jaime Lerner! Por que ele quer vender a Copel? Ele sabe que está fazendo um péssimo negócio, mas ele não tem opção, porque quebrou o Estado, assumiu com 1 bilhão e 400 milhões em 94; em 95, ele tinha 1 bilhão e 700 milhões de dívidas; em 99, ele tinha 13 bilhões e 300 milhões de dívidas, fora os 4 bilhões de reais, que é uma dívida represada, que ele segurou na tesouraria.

Então, deputado Algaci Tulio, vamos chegar no ponto de dizer o seguinte: está claro, ou ele vende a Copel, ou ele tem que entregar a cadeira que ocupa. Nós os paranaenses é que temos que ver que este não é o momento para vendermos uma empresa no nível como é a Copel.

Agora, eu vou apresentar um projeto de lei hoje ou amanhã, que determina a construção de eclusas nas barragens do Rio Iguaçu, eclusas ou canal. O fato é que nós temos que obrigar aqueles que comprarem a Copel a fazerem aquilo que nós deveríamos ter feito, que é o livre trânsito de ir e vir das águas, lei internacional.

Então, nós esperamos que esse passivo ambiental, que esse Governo quer passar um grande benefício ao

grupo internacional, mas que ele receba uma missão aqui desta Casa para que garanta o direito de ir e vir das águas, construindo essa eclusa e construindo, quem sabe, um canal que possua a navegação normal.

Então, deputado Algaci Tulio, parabéns pelo seu pronunciamento.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, quero pedir a V. Exa. um minuto para o deputado Marcos Isfer.

Aliás, quero dizer que é por demais interessante o projeto da Bancada do PPS nesta Casa. O deputado Marcos Isfer, o deputado Cezar Silvestri, que permite a manutenção da geração, que é o que mais nós desejamos, aqui no Paraná. Se não pudermos segurar tudo, pelo menos segurar a geração.

Nós, evidentemente vamos assinar junto, sim, este projeto de lei, para que a gente possa refazer essa questão da Copel aqui na Casa.

Com a palavra, o deputado Marcos Isfer.

O Sr. Marcos Isfer

Agradeço o aparte e para reafirmar tudo que V. Exa. vem dizendo, ainda há pouco tivemos notícias de que mais uma empresa desiste do leilão da Copel, que é a empresa alemã, que já estava inclusive, conforme informações que tínhamos, era a empresa que tinha o maior interesse de comprar, uma série de benefícios que haviam sido dados anteriormente, para que ela pudesse entrar com um bom preço. Até mesmo essa empresa nesse momento desiste.

Então, veja a insensatez que se pretende executar com o Estado do Paraná, deixando que fique apenas, um ou dois concorrentes. Lógico que daí o preço sairá por esse preço mínimo ridículo, que tentaram atribuir à Copel.

Veja V. Exa. que a manutenção da geração tem toda essa importância que nós sempre colocamos, porque, se o Governo do Estado precisa cobrir o seu Fundo de Previdência, bem o disse aqui o deputado Pessuti, ele tem empresa de distribuição, esta sim, pode haver alguma concorrência nesta área e avaliada por todo o valor que vale a Copel.

Com relação à transmissão, nós continuaremos investigando alguns assuntos daquela empresa "Tradner". E pretendo trazer ainda, a esta Assembléia mais notícias.

Por exemplo, tive notícia recentemente que ela possui contratos de comprar todo o excedente gerado de energia pela Copel, por 10 anos. Se por acaso esse contrato for desmanchado, a multa é de 100% de todo o negócio que poderia ter sido gerado.

Parece-me que nós vamos ter que continuar nessa investigação, por aí, pelo que estamos deduzindo, a transmissão de certa forma, pelo menos com relação ao excedente, já está entregue. Já foi feito esse pré-negócio, como denunciei nesta Assembléia. Sem autorização desta Assembléia, não poderia ter sido realizado.

Já denunciei isto desta tribuna. Há hoje ações correndo na Justiça em paralelo para levantar esse problema, também, e nós estamos chegando à conclusão deputado Algaci Tulio, com o brilhante discurso que V. Exa. faz, que efetivamente o Governo do Estado, aquilo que nós todos dizíamos, está ocorrendo, que o Governo do Estado está na contramão da história, do negócio e, principalmente, da população do Paraná.

O SR. ALGACI TULIO

Acho que o deputado Marcos Isfer sintetizou nas suas palavras a preocupação de todos nós, 26 deputados que votamos contra a venda da Copel.

Acho que a guerra ainda continua. Se lá fora temos uma guerra entre países, temos aqui nesse plenário uma guerra daqueles que pretendem segurar o máximo possível e de alguma forma ainda, a Copel nas mãos nossas, nas mãos dos paranaenses.

Vamos à frente nesse trabalho, evidentemente, na busca de aguardar do Governo do Estado uma reflexão: quatro empresas já desistiram, agora é parar, fazer uma reflexão e quem sabe, adiar o leilão do dia 30 de outubro, no Rio de Janeiro.

Obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Não havendo mais oradores inscritos no Pequeno Expediente, nem no Grande Expediente, Horário da Liderança.

PPS, com o deputado Cezar Silvestri.

O SR. CEZAR SILVESTRI

Senhor presidente, senhora e senhores deputados.

O assunto com referência à venda da Copel foi amplamente discutido por vários oradores que me antecederam, mas acredito que, mais do que nunca, em função das notícias vinculadas através da imprensa paranaense, esse assunto deve, sim, ser debatido na Sessão de hoje e na Sessão de amanhã. Todos os argumentos feitos por parte do Governo do Estado justificando a venda da Copel, primeiramente, dizendo que ela é uma empresa que não seria competitiva e que não teria as menores condições de competir com a iniciativa privada, por ser uma empresa pública.

Esses argumentos, ao longo dos meses, foram, desmentidos, até porque tivemos aí o racionamento de energia nos últimos meses, apagões justificando plenamente o investimento por parte dos governos de forma geral, no setor energético. Alegação também, de que havia uma proibição de financiamento para empresas públicas do setor energético, também caíram logo após o início do racionamento, o próprio Governo Federal através do BNDS voltava a autorizar financiamento para empresas públicas no setor energético.

Depois, foi argumentado por alguns deputados que defendiam a venda da Copel, a questão da governabilidade, que se o Governo Estadual reconhecesse que a

questão da venda da Copel era, na verdade, uma necessidade para o Governo do Estado, que estava praticamente falido, esses deputados votariam a favor da venda da Copel. E também foi desmentido, através do secretário da Fazenda e presidente da Copel, Ingo, e também através do secretário do Planejamento dizendo que não, que o Governo do Estado vai bem, que as finanças vão bem, que houve um aumento de receita nos últimos meses, e que a Copel está sendo vendida, mas não é por uma questão de governabilidade.

Agora, o que nos preocupa, tenho certeza absoluta que não somente à minha pessoa e à pessoa do deputado Marcos Isfer, é a preocupação da grande maioria dos deputados, principalmente dos deputados da Oposição. E tenho certeza absoluta que a preocupação da grande maioria dos paranaenses, é com relação ao momento que se fala em vender a Copel.

Nós somos contra a venda da Copel, já nos posicionamos publicamente, votamos contra a venda da Copel, mas mais do que nunca, acho que a população paranaense, a sociedade paranaense, a imprensa paranaense deveriam levar em consideração o momento em que estamos vivendo.

Depois do atentado de 11 de setembro, nos Estados Unidos, em função da repercussão mundial que esse atentado vem trazendo, principalmente na economia mundial, nós estamos vendo, a cada dia, a desistência de uma empresa que tinha interesse em comprar a Copel.

Até porque nós já questionamos que a Copel foi avaliada.

Sempre se falava, isso ao longo dos anos, que o valor da Copel seria em torno de 10 bilhões de dólares. E isso daria hoje em torno de 27, 28 bilhões de reais. A avaliação feita pelo governo foi de 4 bilhões de dólares, ou seja 10 bilhões de reais, menos da metade do que historicamente se anunciava e se projetava.

Mesmo assim, com uma avaliação irrisória, nós vemos empresa desistindo, porque é lógico, numa instabilidade econômica mundial, ninguém quer aplicar recursos, principalmente num país de terceiro mundo; apesar de estar comprando uma galinha morta, a Copel está subavaliada. E mesmo assim, o momento diz que o Governo do Estado, o governador do Estado deveria ter um bom senso e agir como um paranista, uma pessoa que tem amor pelo Paraná e jogar e postergar essa venda da Copel para um momento melhor da economia mundial.

O Sr. Marcos Isfer

Agradeço o aparte.

Acho que neste momento o projeto apresentado pelo PPS vem inclusive ao encontro não só do anseio de toda a população paranaense, mas também das suas principais lideranças. Há pouco o deputado José Maria falava em nome do ex-governador José Richa. O Dr. Euclides Scalco, que faz parte inclusive desta Comissão do Apagão a nível Nacional e tem trabalhado insistentemente, sempre se declarou contra venda da geração. Da mesma

forma o ex-governador Paulo Pimentel também, declarou-se, dando entrevista aos principais jornais da nossa Capital e de todo nosso Estado, dizendo-se contra a venda da geração. Então, acredito que até seja uma maneira de contribuir para que o Governo do Estado não cometa este ato deslucado neste momento, de vender toda uma companhia energética, mas principalmente a sua geração, do Rio Iguaçu, dos nossos rios, entregando de mão beijada, por esta avaliação ridícula que está aí, feita pela Copel.

O SR. CEZAR SILVESTRI

Exatamente, deputado Marcos Isfer.

Nós, do PPS, oferecemos um projeto alternativo, até aceitando a questão da governabilidade. O Governo do Estado tem falado que a grande maioria dos recursos provenientes da venda da Copel, ele colocará no Fundo de Previdência, até porque existe uma lei estadual que prevê que 70% dos recursos sejam colocados no Fundo de Previdência.

Qual é a alternativa que estamos oferecendo? É que seja mantido na mão do Governo o setor de geração e transmissão, porque estes, sim, sem dúvida nenhuma, são estratégicos para o desenvolvimento econômico e social do nosso Paraná, e oferecendo a oportunidade para o Governo do Estado, que está com dificuldades de caixa, dificuldades que ele mesmo provocou - é importante que se diga isto - mas, que ele venda o setor de transmissão e as diversas empresas que a Copel tem participação acionária. São mais de dezessete empresas nas quais a Copel tem participação acionária: Compagás, Sercomtel, e diversas outras empresas, mas que mantenha nas mãos do Estado os setores de geração e transmissão.

Fico feliz e contente em ouvir as palavras do deputado José Maria Ferreira, que hoje confirmou que falou com o ex-governador José Richa, que tem esta visão paranista e já nos antecipava que se dependesse dele e também do presidente da Itaipu Binacional, o ex-deputado Euclides Scalco, que também defende que é estratégico que o setor de geração fique nas mãos do Governo, nós teremos o apoio do PSDB, nesta Casa.

E, com este apoio do PSDB, nós teremos a maioria, e com esta maioria, nós impediremos a venda da Copel no próximo dia 31 de dezembro.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

No Horário destinado à Liderança do PTB, com a palavra o deputado Tony Garcia.

O SR. TONY GARCIA

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Ontem fomos pegos de surpresa em relação à CPI que nós presidimos. Sofremos, pela segunda vez, interferência do Poder Judiciário na CPI da Telefonia. Qual não foi a nossa surpresa, senhores deputados, quando chegou ontem à tarde uma decisão judicial suspendendo por 90 dias a outra CPI instalada aqui na Assembléia, e desta

feita, pela Mesa Executiva da Casa, num projeto de resolução, aonde por unanimidade, este projeto votado e de novo um mandado de segurança da Telepar, impedindo a continuidade da CPI.

Quero deixar claro a todos que, das cinco comissões instaladas aqui na Casa, a que tem mostrado seu trabalho já há mais de 4 meses, com trabalhos realizados, é a CPI da Telefonia, e com resultados obtidos por toda a imprensa, divulgados até agora.

Esta decisão nos deixa perplexos, porque nos tolhe, neste momento, o direito do parlamentar de poder investigar, e suas atribuições que nos são dadas pelo povo paranaense. Nós vínhamos conseguindo resultados expressivos para toda a população e principalmente para todos os usuários do sistema de telefonia do Paraná, que hoje passam de dois milhões, quatrocentos e oitenta mil usuários, aonde a própria companhia, a Telepar, ré confessa de que 129 mil clientes da Telepar vinham sendo cobrados indevidamente há muitos anos por aluguéis de aparelhos telefônicos. Isso em dinheiro de hoje, ressarcindo essa cobrança indevida, daria, mais ou menos, na casa de 20 milhões de reais, hoje, que seria devolvida pela Telepar.

E neste momento, para-se de novo uma CPI na Justiça. Nós entendemos o trabalho da Justiça, nós entendemos que é obrigação dela proteger o cidadão paranaense, mas proteger de uma... depois de consumada a CPI e seu relatório pronto. O cidadão tem o direito de recorrer. Agora, interromper um trabalho de uma Comissão Parlamentar de Inquérito da Assembléia Legislativa do Paraná do projeto de resolução criado por essa Mesa, nos deixa indignados!

Nós não podemos levar a pecha que os parlamentares no País têm, que as CPIs acabam em pizza, isso nós precisamos de uma vez por todas acabar, e a nossa CPI, que é presidida por mim e tem por relator o deputado Plauto, vice-presidente deputado Marcos Isfer e alguns outros deputados como Ângelo Vanhoni, Pessuti, de todos os partidos aqui desta Casa representantes.

Não é uma CPI política, é uma CPI de necessidade de denúncias feitas pelo cidadão paranaense, nós precisamos neste momento, de todos os deputados e da Mesa Executiva, e é na presença do presidente que falamos, uma visita ao Tribunal de Justiça para relatarmos a nossa preocupação do nosso trabalho parado, hoje, nesta Casa.

As CPI's hoje, são vitais para o cidadão, temos visto que várias CPI's, não só nesta Casa, como no Congresso Nacional, não têm acabado em pizza. Agora, não podemos levar a pecha e não sermos nós os culpados! Precisamos, neste momento, que o deputados Hermas Brandão, juntamente com os deputados, recorra ao Tribunal de Justiça para que possamos, com nosso trabalho voltar a fazer o que deseja o cidadão paranaense.

Espero o apoio de todos aqui, porque temos várias outras CPI's na fila de espera e elas, infelizmente, não têm andado a contento como a população espera.

Precisamos, neste momento, nos unir, levamos essa nossa indignação ao Tribunal de Justiça. Entendemos, sim, o direito do Poder Judiciário, mas depois do relatório feito da CPI. Agora, quanto a barrar o trabalho constitucional de uma CPI, infelizmente nós precisamos questionar isso, através do presidente Hermas Brandão, precisamos que toda esta Casa se una para que a gente possa ter esse compromisso que temos com o povo do Paraná resgatado e apresentarmos uma solução devida para todos os usuários da telefonia do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

PMDB, PFL, PTB, Liderança do Governo, Liderança das Oposições.

(**Declinam**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo senhor deputado Chico Noroeste, constante do expediente, comunicando sua desfiliação do Partido da Frente Liberal - PFL, e sua conseqüente filiação ao Partido Liberal - PL, com assento nesta Casa de Leis. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei complementar, de autoria do senhor deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Ademir Bier, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Nereu Moura, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 284/2000, de autoria do deputado Nelson Justus, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Naturais, Estudantes

tes e Amigos de Angola em Curitiba, com sede e foro nesta Capital. **Aprovado. (Publ. no DA nº 113/2000, de 29/08/2000)**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 201/2001, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, que dispõe sobre o acompanhamento dos procedimentos a serem adotados a respeito das conclusões das Comissões Parlamentares de Inquérito. **Aprovado. (Publ. no DA nº 066/2001, de 22/05/2001)**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 210/2001, de autoria do deputado Nereu Moura, que declara de Utilidade Pública o Clube de Mães Bom Jesus, com sede e foro no município de Laranjeiras do Sul / PR. **Aprovado. (Publ. no DA nº 071/2001, de 29/05/2001)**

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 333/2001, de autoria do deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública a Associação à Maternidade e à Infância - APMI, do município de Nova Olímpia. **Aprovado. (Publ. no DA nº 104/2001, de 08/08/2001)**

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 341/2001, de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk, declara de Utilidade Pública a Creche Papa João XXIII, com sede e foro nesta Capital. **Aprovado. (Publ. no DA nº 108/2001, de 13/08/2001)**

ITEM 06

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 342/2001, de autoria do deputado Geraldo Cartário, que declara de Utilidade Pública o Clube da Amizade Sem Fronteira CASF/PR, com sede e foro nesta Capital. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 108/2001, de 13/08/2001).**

ITEM 07

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 360/2001, de autoria do deputado Edson Strapasson, que declara de Utilidade Pública a Casa do Apoio Sete Anjos, com sede e foro em Colombo-PR. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 113/2001, de 27/08/2001).**

ITEM 08

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 444/97, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 045/97, que dispõe sobre o Código de Saúde do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CSP. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CSP. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA SUBSTITUTIVA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.

Emenda - **Aprovada.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 204/2001, de autoria do deputado Marcos Isfer, que declara de Utilidade Pública a Associação de Agricultores São Batista do Assunguí, com sede e foro no município de Irati. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 306/2001, de autoria do deputado Edson Strapasson, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Jardim Guarujá, com sede e foro no município de Colombo. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 386/2001, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, que declara de Utilidade Pública a APM - Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Dr. Luiz Fernando de Freitas, com foro e sede no município de Morretes. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 12

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 390/2001, de autoria do deputado Cesar Seleme, que declara de Utilidade Pública Estadual o Clube União Esporte Clube, com sede e foro no município da Lapa. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 13

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 391/2001, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, que declara de Utilidade Pública Estadual a ABF - Assistência Beneficente Filadélfia, com sede e foro na cidade de Maringá-PR. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 14

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 029/2001, de autoria da Comissão Executiva, que altera a Resolução nº 15/92, de 19 de junho de 1992 e adota outras providências. COM PARECER FAVORÁVEL DA CE. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 15

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 030/2001, de autoria da Comissão de Tomada de Contas. (ex-Proposição nº 81/2001) - aprova o ressarcimento das despesas dos senhores deputados - mês de agosto de 2001 - Resolução nº 15 de 19.06.92. COM PARECER FAVORÁVEL DA CTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 16

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 295/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 027/2001, que

altera o parágrafo único, do artigo 26, da Lei nº 6.417, de 03 de julho de 1973, para incluir, entre as hipóteses de indenização a militares, os serviços extraordinários, no valor e condições que especifica. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CSP. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no DA nº 102/2001, de 06/08/2001 - Mens.)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 295/2001

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 295/2001, com origem na Mensagem nº 027/2001, pretende alterar o artigo 26 da Lei nº 6.417, de 03 de julho de 1973, para nele incluir, entre as hipóteses de indenização a militares, os serviços extraordinários, no valor e condições que especifica.

O presente projeto tem como justificativa básica a crescente necessidade do emprego da tropa em serviços de policiamento que implicam em sobrecarga constante de trabalho que, não raro, extrapolam as escalas normais de trabalho, privando os militares de repouso necessário, além de justa, guarda perfeita compatibilidade com a ordem jurídica, razão porque esta Comissão é favorável à sua tramitação.

Sala das Comissões, em 04.09.2001.
(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
ADEMAR TRAIANO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 295/2001

P A R E C E R :

O projeto de lei em epígrafe, altera o parágrafo único, do artigo 26, da Lei nº 6.417, de 03 de julho de 1973, para incluir entre as hipóteses de indenização a militares, os serviços extraordinários, no valor e condições que especifica.

O referido projeto, oriundo de mensagem do Poder Executivo, visa conceder uma indenização de até R\$100,00 (cem reais), para os policiais militares que realizarem serviços extraordinários.

Dispõe a proposição que a regulamentação de tal vantagem aos policiais militares, visa compensar estes funcionários públicos pelos serviços adicionais que prestam em face à insuficiência de efetivos da corporação, o que os leva a cumprirem escalas maiores que a prevista.

O próprio texto da mensagem reconhece que a medida não soluciona o problema, mas representa um paliativo para a situação dos policiais que cumprem longas escalas com míseros salários.

É lamentável que Poder Executivo trate setor tão essencial do serviço público com medidas paliativas, não adotando, como deveria, uma política séria e conseqüente, para a segurança pública estadual. Contudo, não há como negar aos policiais militares do Estado esse benefício. Por mais que se apresente como um acinte,

algum benefício trará a esta classe tão excluída das políticas do governo estadual.

Isto posto, o parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 18.09.2001.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente
ÂNGELO VANHONI - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 295/2001

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 27/2001, altera o parágrafo único, do artigo 26, da Lei nº 6.417, de 03 de julho de 1973, para incluir, entre as hipóteses de indenização a militares os serviços extraordinários, no valor e condições que especifica.

Fundamentação

Tal propositura já foi devidamente analisada sob o aspecto da sua constitucionalidade e legalidade pela Comissão de Constituição e Justiça e Comissão de Finanças.

Chamada a opinar, esta Comissão de Segurança Pública que a presente proposição visa compensar estes funcionários públicos pelos serviços extraordinários que prestam em face à insuficiência de efetivos da corporação, o que os leva a cumprirem escalas maiores que a prevista.

Conclusão

Pelo exposto, somos pelo parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.09.2001.
(aa) RICARDO CHAB - Presidente
CUSTÓDIO DA SILVA - Relator

ITEM 17

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 346/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 034/2001, que objetiva alterar dispositivos da Lei nº 12.398, de 30 de dezembro de 1998 (Sistema de Seguridade Funcional do Estado do Paraná). **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF. Aprovado. (Publ. no DA nº 113/2001, de 27/08/2001 - Mens.)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 346/2001

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 336/2001, com origem na Mensagem nº 34/2001, do Governo do Estado - altera a Lei nº 12.398, de 30 de dezembro de 1998, para compatibilizar com recentes alterações da Constituição Federal visando assegurar o pagamento de benefícios de pensão em valores mais justos em condições compatíveis com o entendimento dos tribunais, o que certamente, colocará fim às frequentes demandas judiciais em torno da matéria.

Considerando que o conteúdo do projeto teve origem em estudos da Procuradoria Geral do Estado e dada a importância da matéria e tendo em vista a compatibilidade com ordem jurídica esta Comissão é de parecer favorável ao projeto.

Sala das Comissões, em 11.09.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSI - Presidente
ADEMAR TRAIANO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 346/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, oriundo da Mensagem nº 34/2001, do Poder Executivo, tem por objetivo alterar dispositivos da Lei nº 12.398, de 30 de dezembro de 1998, que dispõe sobre o Sistema de Seguridade Funcional do Estado do Paraná.

A douta Comissão de Constituição e Justiça manifestou-se favoravelmente ao presente projeto, nos aspectos constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Esta Comissão, chamada a manifestação de acordo com o parágrafo 3º do artigo 33 do Regimento Interno, nada encontrou que pudesse obstar sua tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis.

Do exposto, opina esta Comissão favoravelmente à sua aprovação.

Sala das Comissões, em 03.10.2001.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente
MARCOS ISFER - Relator

ITEM 18

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 392/2001, de autoria do deputado Marcos Isfer, que declara de Utilidade Pública a Associação Rubi Mancuso, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 117/2001, de 03/09/2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 392/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Marcos Isfer, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação Rubi Mancuso, com sede e foro nesta Capital.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 11.09.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSI - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 19

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 405/2001, de autoria do deputado Durval Amaral, que declara de Utilidade Pública o Centro de Apoio e Reabilitação dos Portadores de Fissura Lábio Palatal de Londrina e Região - CEFIL, com sede e foro no município de Londrina. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 118/2001, de 04/09/2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 405/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Durval Amaral, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o centro de Apoio e reabilitação dos portadores de Fissura Lábio Palatal de Londrina e região - CEFIL, com sede e foro no município de Londrina.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 11.09.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSI - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 20

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 417/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Protetora dos Animais de Campo Largo, com sede e foro no município de Campo Largo. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 121/2001, de 10/09/2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 417/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Hermas Brandão, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Sociedade dos Animais de Campo Largo, com sede e foro no município de Campo Largo.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 25.09.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSI - Presidente
SERAFINA CARRILHO - Relatora

ITEM 21

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 424/2001, de autoria do deputado José Maria Ferreira, que declara de Utili-

dade Pública a ONG - Organização Não Governamental Cidadão do Futuro, com sede e foro no município de Ibiaporã. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 123/2001, de 11/09/2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 424/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado José Maria Ferreira, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a ONG - Organização Não Governamental Cidadão do Futuro, com sede e foro na cidade de Ibiaporã.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei ° 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 25.09.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
SERAFINA CARRILHO - Relatora

ITEM 22

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 425/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública o Asilo São Vicente de Paulo da Paróquia de Siqueira Campos, com sede e foro no município de Siqueira Campo. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 123/2001, de 11/09/2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 425/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Hermas Brandão, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Asilo São Vicente de Paulo da paróquia de Siqueira Campos, com sede e foro no município de Siqueira Campos.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei ° 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 25.09.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
SERAFINA CARRILHO - Relatora

ITEM 23

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 437/2001, de autoria do deputado Valdir Rossoni, que declara de Utilidade Pública no âmbito do Estado do Paraná, o Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Associação dos Municípios Centro Sul do Paraná - AMCESPAR, com

sede e foro no município de Irati. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 124/2001, de 12/09/2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 437/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Valdir Rossoni, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Associação dos Municípios Centro Sul do Paraná - AMCESPAR, com sede e foro no município de Irati.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei ° 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 25.09.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
SERAFINA CARRILHO - Relatora

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 3262, de autoria da senhora deputado Serafina Carrilho, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Élio Rusch**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão na forma do Artigo 155, do Regimento Interno.

O SR. ELI GHELLERE (**Pela Ordem**)

Senhor presidente.

Só queria anunciar a presença nas galerias do ex-prefeito de São Miguel do Iguaçu, ex-presidente da Câmara e atual diretor da Rádio Itaipu, o meu irmão Flávio Ghellere.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Devidamente registrado.

Requerimento nº 3274, de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, com apoio dos senhores deputados José Maria Ferreira, Serafina Carrilho, Ângelo Vanhoni, Ademir Bier, Algaci Tulio e demais deputados, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 3275, de autoria da senhora deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Adia-se a discussão, para a próxima sessão na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 3276, de autoria do senhor deputado Caíto Quintana, constante do expediente. **Rejeitado.**

O SR. DURVAL AMARAL

Verificação de votação, senhor presidente.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Requeiro chamada nominal, senhor presidente.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, o deputado Caíto Quintana poderia justificar o seu requerimento, para poder saber o que estamos votando?

O SR. CAÍTO QUINTANA

Chamada nominal antes.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Convido o 1º secretário para que faça a chamada nominal dos senhores deputados, para proceder à votação.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Valdir Rossoni**)

(Procede à chamada nominal dos senhores deputados).

Quarenta e seis senhores deputados responderam à chamada, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Os deputados que aprovam...

O SR. CAÍTO QUINTANA

Para encaminhar, senhor presidente, a votação.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Deputado Caíto Quintana, nós estamos em verificação de votação.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Não! Não! Senhor presidente, estamos em processo de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Foi requerida a verificação de votação!

O SR. CAÍTO QUINTANA

Na verificação, V.Exa. colocou em votação, nós pedimos para discutir e o deputado Pessuti pediu a chamada nominal.

Senhor presidente, quero apenas para ilustrar o porquê desse pedido de informação: nada mais do que saber qual a quantidade desse exemplar que foi impresso, qual o custo de edição e circulação, porque consta nesse gibi, nesse... não sei como chamaria isso, ele circulou em um jornal de grande circulação do Estado e jornais não fazem circulação em encarte sem cobrar; quais os patrocinadores, parece-me que está aqui atrás escrito, e qual a gráfica que procedeu à impressão.

Por que pergunto isso, senhor presidente? Estamos apresentando aqui, no Paranazinho: “Por que privatizar a Copel?” Quarenta páginas de um papel, qualquer parlamentar pode ver, papel couchê, colorido, que deve ter um custo elevadíssimo. E este aqui, senhor presidente, não se trata de uma propaganda lícita pelas verbas de Governo, porque o Governo tem a possibilidade de fazer campanha institucional do seu Governo, pode falar sobre realizações, pode falar sobre campanhas preventivas, pode falar sobre o que fez; o que o Governo não pode é manifestar o seu ponto de vista, tentando justificar para a população do Paraná porque privatizar a Copel em um livro dessa natureza e debitar isso à conta do povo do Paraná, talvez até na conta de luz do consumidor paranaense.

Então o pedido não se trata de concordar, nem discordar, apenas saber: quem é o responsável por esta impressão; quanto custou para imprimir e para circular, inclusive, no Estado do Paraná; se teve patrocinadores ou não, se foi por conta do Governo; e qual a gráfica que fez a impressão, porque pelo que me consta, aqui consta, inclusive, o nome de uma empresa que foi contratada para produzir essa história, e seguramente nós não temos nem informação se isso teve licitação ou não para ser feito e se precisava ou não precisava fazer licitação.

Por isso acho de bom alvitre que a Assembléia aprove esse pedido de informação, para que possamos saber quem, afinal e contas, pagou por esse material de tão boa qualidade e que teria tudo para ser útil, se não fosse única e exclusivamente a defesa do ponto de vista do Governo a respeito de um assunto de tamanha importância.

Obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Eu gostaria que os senhores deputados tomassem seus lugares, para que pudéssemos proceder à verificação de votação.

Por gentileza, senhores deputados, queiram tomar seus lugares, para que possamos proceder à verificação de votação.

Senhores deputados que aprovam o requerimento do deputado Caíto Quintana, queiram levantar-se.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Valdir Rossoni**)

Se não estou equivocado, são dezoito, senhor presidente, dezenove com o deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Dezenove (19) deputados aprovam. Os senhores deputados que rejeitam o requerimento, queiram levantar-se.

Vinte e dois senhores deputados rejeitam o requerimento.

Está rejeitado o requerimento.

Requerimento nº 3287, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, com apoio dos senhores deputados Cleiton Kielse, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Alborghetti, Waldyr Pugliesi, Élio Rusch e demais deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. ALGACI TULIO (**Pela Ordem**)

Já colocou em votação o requerimento, claro que não é votado, mas é encaminhado à Mesa para ser enviado ao Ministro Eliseu Padilha.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Já foi votado.

O SR. ALGACI TULIO

Agradeço porque não é uma preocupação só minha, mas do deputado Kielse e dos deputados que fazem, evidentemente, as suas ações na região Metropolitana e que se mostram preocupados porque nós tivemos a presença do Ministro, aqui, em Curitiba, há alguns meses atrás, quando autorizou o início das obras, com palanque e tudo, e agora não veio o restante das verbas. A empresa J. Malucelli, que é a empreiteira que está fazendo a obra, lamentavelmente, não por culpa dela, mas por falta de recursos, retirou todo o seu maquinário, e com isso deixa uma situação difícil para região de Tunas, Bocaiúva, Adrianópolis e a ligação com a Ribeira, no Estado de São Paulo.

Esse é o requerimento que eu estou pedindo para encaminhar ao ministro Eliseu Padilha, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Requerimento nº 3204, de autoria do senhor deputado José Maria Pereira, constante do expediente de sessão anterior. **Rejeitado.**

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, requeiro chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Esta Mesa defere e fará a verificação de votação, chamada nominal dos senhores deputados.

Solicito ao senhor 1º Secretário que proceda à chamada nominal dos senhores deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Valdir Rossoni**)

(Procede chamada nominal dos senhores deputados)

Quarenta e sete (47) senhores deputados responderam à chamada.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (**Para Encaminhar**)

O requerimento é nosso e está em processo de votação.

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

O requerimento que está em pauta, sob apreciação deste Plenário, é justamente o requerimento que trata do passivo, de conhecer a documentação que possa existir sobre o passivo ambiental da Copel.

Estamos privatizando uma empresa em que os técnicos e aqueles que são afeitos à área, dizem que existe um passivo ambiental. O edital que propõe a venda da Copel - não existe em nenhum momento, desse edital, relação ou qualquer menção sobre o passivo ambiental. Esse passivo ambiental, depois da Resolução 237/97 do Conama estende, inclusive, às represa e as obras revisadas anteriores àquela data.

A permissão de construção e funcionamento não é mais uma permissão, sem mais discussão. A cada período ela é reavaliada e concedida. E a cada período é reavaliado o impacto ambiental, que isso provoca dentro do sistema ecológico.

Conclamo ao líder do Governo, Durval Amaral, para que permita a votação. É conhecer a documentação que está no IAP, deputado Valdir Rossoni. É conhecer a documentação que o IAP está cobrando ou que aquelas em que o Ministério Público do Meio Ambiente está a exigir da Copel e que ela não fez!

Consta da relação de bens da Copel, de patrimônio, áreas de terras que já deveriam ter sido entregues ao domínio público, e no entanto ela está lá. E o que isto representa? Representa que amanhã, o Estado, senão tiver o cuidado, pode receber uma ação porque não informou.

E é por estas razões que precisamos conhecer esses dados. Conhecendo-os, não teremos problemas. Se tiver, é uma forma de alertar o governo, de fazer conhecer às empresas que estão fazendo o levantamento para a avaliação da Copel. Isto, não temos nenhuma dificuldade em apresentar documentos. Agora, se esse governo tem dificuldade de apresentar documento que demonstra do passivo ambiental, evidentemente, muito menos condições ele terá de vender um patrimônio, como a Copel.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Gostaria que os senhores deputados tomassem os seus assentos, para que possamos proceder à verificação de votação.

Os senhores deputados que aprovam o requerimento, queriam levantar-se. O requerimento é de autoria do deputado José Maria Ferreira.

Vinte e dois senhores deputados aprovam.

Os senhores deputados que rejeitam o requerimento, queiram levantar-se.

Vinte e sete senhores deputados rejeitam.

Está **rejeitado** o requerimento.

Requerimento nº 3288, de autoria do senhor deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor presidente, pela ordem.

(**Assentimento**)

Senhor presidente, na tarde de ontem foi feito um entendimento - ainda há pouco eu conversava com o deputado Valdir Rossoni.

Na semana passada o Plenário rejeitou a redação final do Projeto 325, que trata da construção da usina termelétrica. Foi determinado pela Mesa da Casa que o projeto retornasse à Comissão de Redação Final, para que uma nova redação fosse feita e trazida ao conhecimento deste Plenário, até porque naquela ocasião quando se deliberava sobre redação final, sequer ela constava publicada na Ordem do Dia, então não tinha condições naquele momento, senhores deputados, sequer de numa leitura fazer a averiguação se estava ou não correta aquela redação. Então, foi oportuno, sim, que naquele momento se rejeitasse. As conversações que nós tivemos naquele dia foi de que uma redação final se elaborasse.

O deputado Algaci Tulio, segundo me consta, porque para isso fui convocado como membro da Comissão de Redação, nos convoca para uma reunião logo após a Sessão Plenária para tratar deste assunto.

Agora, mais uma vez, quer dizer, agora há pouco ainda esse assunto tinha se combinado que não voltaria o requerimento pedindo a dispensa de redação, e agora de repente volta, então eu não sei mais o que vale combinar aqui nesta Casa, ou deixar de combinar, a gente combina uma coisa, dez minutos depois já muda tudo, quer dizer, fica realmente difícil porque eu estou convocado para uma reunião na Comissão de Redação para justamente votar lá na Comissão a redação e para que ela venha a Plenário.

Então, por esta razão, eu entendo que este requerimento não poderia sequer ser recebido pela Mesa porque foi uma decisão da Mesa de que o projeto voltasse à Comissão de Redação. O requerimento não tem como pedir a dispensa de redação de um projeto que a Mesa determinou que fosse enviado à Comissão de Redação!

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Para discutir, adia-se na forma regimental...

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Valdir Rossoni**)

Senhor presidente, apenas se V. Exa. me permitir encaminhar a questão daqui, que é um projeto de minha autoria, eu encareço à Comissão de Redação Final nesse meu projeto, porque já é de nosso conhecimento, recebemos há pouco o comunicado do secretário da Indústria e Comércio, que na próxima semana estarão vindo ao Brasil os empresários que farão esse investimento.

Outra questão que eu gostaria de colocar a V. Exa. e gostaria de merecer a atenção para aprovação da redação final, na redação final não houve nenhuma alteração do projeto na sua origem, então não existe mudança na redação do projeto, esta é a grande verdade.

Apenas encareço aos senhores parlamentares e vocês devem estar compreendendo o clima, porque nós temos conduzido esta questão para que já aprovado nós possamos atender para que os empresários que estão vindo ao Brasil possam firmar o protocolo de compromisso de construir essa usina termelétrica.

O SR. ALGACI TULIO (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, dentro desse assunto ainda quero esclarecer que ontem na verdade houve um entendimento com o líder do Governo, com o deputado Orlando Pessuti, com a minha pessoa, para que marcássemos para hoje uma reunião da Comissão de Redação para dar o parecer definitivo, e ficou acertado ontem, tanto que eu convoquei os membros da Comissão de Redação para hoje após a Sessão Plenária Ordinária, para que a gente possa então discutir o parecer, que não tem na verdade muito o que discutir, não se discute, é uma coisa inédita na Assembléia.

Foi pela primeira vez que se derrubou um projeto na sua redação final, mas criou uma polêmica, criou um impasse, agora temos que voltar à Comissão de Redação, a gente faz um novo parecer, discute o parecer com deputados que fazem parte da comissão e certamente, imagino que ninguém aqui é contra um investimento para o Paraná, muito embora eu tenha a minha posição contrária à forma como o projeto tramitou aqui na Casa e tem até um voto separado meu dentro do projeto, mas de qualquer maneira eu convoco os senhores parlamentares da Comissão de Redação, para uma reunião após esta Sessão Ordinária para que possamos discutir esta questão da redação final.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Valdir Rossoni**)

Mas eu gostaria, senhor presidente, só dizer ao deputado Algaci Tulio que acordo também tem que participar o autor do projeto, mas em respeito a V. Exa. que são profundos entendedores da questão legislativa, eu abro mão da minha presença deste acordo.

O SR. ALGACI TULIO

Não absolutamente, a sua presença é importante, V. Exa. como autor do projeto está convidado após a Sessão para subirmos à Sala das Comissões para discutir o parecer.

O SR. CEZAR SILVESTRI

Somente para comunicar aos membros da Comissão de Orçamento que nós teremos uma reunião amanhã, às 10h30min da manhã, para tratar de algumas suplementações que foram mandados pelo governador Jaime Lerner a esta Casa.

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)

Senhor presidente, com relação ainda ao Projeto de Lei nº 325/2000, nós estamos eivados de dúvidas, porque o Regimento Interno da Casa não é claro. O Regimento Interno da Casa não diz que um projeto rejeitado tem que voltar para cá.

A Constituição Estadual no artigo 70, deixa muita clara com relação a projetos que tramitem aqui nesta Casa.

Senhor presidente, é evidente que o requerimento, ilustre 1º secretário desta Casa, não pode prosperar porque está suplantando uma decisão do próprio Plenário da Assembléia Legislativa. Mesmo assim, nós queremos dizer que a nossa assessoria jurídica, se esta Casa rever esta decisão, vai estar analisando a possibilidade de entrar na Justiça, em função de que para nós, “Inês é morta”, porque a Assembléia já decidiu pela rejeição dessa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Deputado Nereu Moura, qualquer projeto de lei tem que ser discutido e votado duas vezes pelo Plenário da Assembléia.

Ele foi votado duas vezes, então, não cabe três votações no mérito do seu projeto.

O projeto está aprovado.

O que se votou foi apenas a redação final.

O projeto já está aprovado, a Mesa já decidiu isso na Sessão anterior.

É uma questão que nós já decidimos.

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)

Apenas pedi que V. Exa. me trouxesse o embasamento da sua decisão no Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Vou lhe fornecer depois...

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)

Queria que o senhor me mostrasse aonde é escrito isso, que fundamenta a decisão de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Nós vamos lhe mostrar, depois.

V. Exa. que é um parlamentar bem atuante e profundo conhecedor da matéria legislativa, sabe que o projeto tem que passar por duas votações pelo Plenário.

E passou duas vezes.

É permitida a dispensa da redação final, quando ele não sofrer qualquer emenda.

Isso aconteceu com o projeto do deputado Valdir Rossoni. É regimentalmente discutido.

Requerimento nº 3205, de autoria dos senhores deputados Irineu Colombo, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin e Ângelo Vanhoni, com apoio dos deputados Waldyr Pugliesi e Cezar Silvestri, constante do expediente. **Rejeitado.**

O SR. IRINEU COLOMBO (Para Encaminhar)

Senhor presidente, mais uma vez o Governo do Estado do Paraná esteve fazendo um ato às escondidas, porque consultando o fluxo de entrada de ICMS no Estado do Paraná, o DIEESE descobriu que faltava a contribuição da Renault. Foram checar todas as informações e concluíram que havia sido assinado um contrato de renovação, da dilação do ICMS, por parte do Estado do Paraná, novamente com a Renault e quiçá com outras empresas automobilísticas.

O que nós queremos saber, a bem do interesse constitucional da transparência, da impessoalidade, da publicidade, nós queremos saber se esta Assembléia quer ter em mãos todo o contrato e seus anexos.

O requerimento, então, vem atender a uma demanda do Estado que quer ser transparente e público. Nada mais do que isso.

Portanto, o requerimento quer este contrato para análise da Bancada e da assessoria do Partido dos Trabalhadores e evidentemente da sua sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Está em votação o requerimento. **Aprovado.**

O SR. DURVAL AMARAL

Verificação de votação, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Verificação de votação.

Os deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se. (22) vinte e dois deputados.

Os deputados que rejeitam o requerimento queriam levantar-se.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Valdir Rossoni)

27 senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Está rejeitado.

Requerimento nº 3195, de autoria do senhor deputado Nereu Moura, com apoio dos deputados Irineu

Colombo, Orlando Pessuti, Marcos Isfer, Ângelo Vanhoni, Edson Strapasson e demais deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3224, de autoria do senhor deputado Geraldo Cartário, constante do expediente de sessão anterior. **Retirado pelo Autor.**

Requerimento nº 3232, de autoria do senhor deputado Durval Amaral, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3250, de autoria do senhor deputado Edson Strapasson, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3257, de autoria do senhor deputado Nelson Garcia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3259 a 3261, de autoria do senhor deputado Edno Guimarães, constantes dos expedientes. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3263 e 3264, de autoria da senhora deputada Serafina Carrilho, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3265, de autoria do senhor deputado Eli Ghellere, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3267, de autoria do senhor deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3268, 3297 e 3298, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3269 a 3271, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3272, de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3278 a 3280, de autoria do senhor deputado Ademir Bier, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3281, de autoria do senhor deputado Hidekazu Takayama, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3284, de autoria do senhor deputado Marcos Isfer, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3285, de autoria do senhor deputado Ademar Traiano, com apoio dos deputados Luiz Carlos Zuk, Nereu Moura e Luiz Fernandes da Silva Litro, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3289 a 3296, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constante do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3298-A, de autoria do senhor deputado Renato Gaúcho, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 3211, de autoria do senhor deputado Eli Ghellere, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.**

O SR. ELI GHELLERE (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente e senhores deputados.

Quero usar esse expediente mais para chamar a atenção da situação que o Oeste do Estado está passando.

Quero agradecer ao líder do Governo, já sinalizando pela aprovação do requerimento.

Mas nós lá do Oeste do Estado, senhor Elio Rusch, sabemos da preocupação que toda a população do Oeste está passando já com a decisão da hidrelétrica de Itaipu de baixar o nível do lago para o próximo verão. Todos os municípios da região da Costa Oeste estão se preparando para ter o Verão da Costa Oeste, e nós recebemos agora a decisão da Itaipu que vai baixar o nível do lago.

Isso vai interferir muito no turismo e na economia daquela região.

Vivemos há poucos dias a questão da Ponte da Amizade, um conflito muito grande entre nossos irmãos que trabalham no vizinho país e os nossos companheiros da Costa Oeste.

Tivemos agora no dia 30 de setembro uma grande chuva de pedra, onde muitas cidades tiveram seus telhados completamente arrasados.

Então, gostaria de usar esse expediente só para chamar a atenção e trazer à Casa a situação que o Oeste do Paraná está passando.

Agradeço antecipadamente os votos dos companheiros da Liderança do Governo e também da Oposição pela preocupação.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Aprovado.

Quero lembrar aos senhores deputados que teremos, logo após essa Sessão Extraordinária e especial para votarmos a proposta de Emenda à Constituição e precisa quórum qualificado.

O SR. IRINEU COLOMBO (**Para Encaminhar**)

Quero comunicar à Casa que no próximo dia 12 de outubro - sexta-feira, teremos em Foz do Iguaçu o 2º Grito Continental dos Excluídos. Será próximo à Ponte da Amizade em Foz do Iguaçu, com a participação de caravanas do Paraguai, Brasil e Argentina, que é uma discussão com relação à integração do Mercosul vendo o ponto de vista dos excluídos, dos miseráveis deste Continente. Será na próxima sexta-feira em Foz do Iguaçu.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 10, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 325, 342/2000; 303 e 365/2001.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 295, 346, 392, 405, 417, 424, 425 e 437/2001.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 387, 393, 394, 422 e 436/2001.

Levanta-se a Sessão.

Atas de Comissão:

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
3º SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
ATA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos vinte e cinco dias do mês de setembro de dois mil e um, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do senhor deputado Basílio Zanusso e com a presença dos seguintes deputados: Duílio Genari, Hermes Fonseca, Orlando Pessuti, Serafina Carrilho, Antonio Carlos Belinati, Marcos Isfer, Algaci Tulio, Caíto Quintana e Carlos Simões. Havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente reunião. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 435/99, de autoria do deputado Beto Richa. Parecer CONTRÁRIO do deputado Hermes Fonseca - APROVADO, com voto contrário do deputado Duílio Genari; 02) Projeto de Lei nº 511/99, de autoria do deputado Luiz Accorsi. Parecer CONTRÁRIO do deputado Hermes Fonseca - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 156/2001, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati. Parecer FAVORÁVEL do deputado Caíto Quintana - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 176/2001, de autoria do deputado Divanir Braz Palma. Parecer do deputado Caíto Quintana transformando a matéria em diligência junto à Procuradoria Geral do Estado - DEFERIDO; 05) Projeto de Lei nº 318/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do deputado Antonio Carlos Belinati na forma do substitutivo, sugerindo a anexação ao item posterior - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 334/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do deputado Antonio Carlos Belinati na forma do substitutivo, sugerindo a anexação ao item anterior - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 197/2000, de autoria do deputado Ricardo Maia. O senhor presidente determina a retirada da matéria de

pauta para que esta secretaria verifique a tramitação de projetos de lei semelhantes, bem como marca Reunião Extraordinária desta Comissão para o dia 1º de outubro do corrente, com o objetivo de analisar todas as matérias desta natureza; 08) Projeto de Lei nº 440/2001, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do deputado Antonio Carlos Belinati - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 417/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL da deputada Serafina Carrilho - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 422/2001, de autoria do deputado Marcos Isfer. Parecer FAVORÁVEL da deputada Serafina Carrilho - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 424/2001, de autoria do deputado José Maria Ferreira. Parecer FAVORÁVEL da deputada Serafina Carrilho - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 425/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL da deputada Serafina Carrilho - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 418/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão. Concedido vistas ao deputado Orlando Pessuti; 14) Projeto de Lei nº 437/2001, de autoria do deputado Valdir Rossoni. Parecer FAVORÁVEL da deputada Serafina Carrilho - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 441/2001, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária

**COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E
COLONIZAÇÃO
3º SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Ao primeiro dia do mês de outubro do ano de dois mil e um, reuniu-se na sala de reuniões, a Comissão de Terras, Imigração e Colonização, sob a presidência do senhor deputado Nereu Moura, mais a presença dos senhores deputados membros da Comissão. Havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente reunião, com a seguinte Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 251/2001, de autoria do deputado Geraldo Cartário. Relator: deputado Luiz Fernandes Litro. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 312/2001, de autoria do deputado Valdir Rossoni. Relator: deputado Plauto Miró. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o senhor presidente agradeceu a presença dos senhores deputados e encerrou os trabalhos da presente reunião, da qual para constar lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente e por mim, Rosângela Alves Cardoso, secretária da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) NEREU MOURA - Presidente
Rosângela Alves Cardoso - Secretária

